

Documento Técnico Complementar ao Diagnóstico PAS - Parte I

Dezembro 2022

Sumário

Apresentação	2
1 Contexto socioterritorial dos Núcleos Focais	4
1.1 Referências metodológicas na definição dos Núcleos Focais no Diagnóstico do PAS.....	4
1.2 Caracterização sociourbanística dos bairros afetados (NF1)	7
1.3 Panorama das mudanças definitivas e síntese sociourbanística dos bairros do entorno (NF2) e dos principais bairros de destino (NF3)	28
2 Atualização dos Núcleos Focais	37
3 Síntese do Diagnóstico por Eixo.....	41
3.1 Eixo 1 – Políticas Sociais e Redução de Vulnerabilidades	42
3.1.1 Diretrizes	44
3.1.2 Linhas de ação propostas para compensação, considerando contexto e impactos mapeados	45
3.2 Eixo 2 – Atividade Econômica, Trabalho e Renda.....	53
3.2.1 Diretrizes	54
3.2.2 Linhas de ação propostas para compensação, considerando contexto e impactos mapeados	56
3.3 Eixo 3 – Qualificação Urbana e Ambiental	60
3.3.1 Diretrizes	62
3.3.2 Linhas de ação propostas para compensação, considerando contexto e impacto mapeados	63
3.4 Eixo 4 – Preservação da Cultura e Memória	67
3.4.1 Diretrizes	67
3.4.2 Linhas de ação propostas para compensação, considerando contexto e impactos mapeados	68
4 Considerações finais	71

Apresentação

Este documento apresenta material técnico complementar ao Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas – PAS, elaborado pela empresa Diagonal, em trabalho que se insere no conjunto de ações para atendimento do Acordo Socioambiental, firmado em 30/12/2020 entre a Braskem e o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual para extinguir Ação Civil Pública Socioambiental ajuizada pelo MPF no contexto do fenômeno de subsidência que atingiu cinco bairros do município de Maceió.

O Subcapítulo IV – Das Medidas de Compensação Social do referido Termo, em sua cláusula 64, prevê a elaboração de “estudos sociais que subsidiarão as discussões com o MPF, MPE e o município de Maceió sobre os Projetos para as ações compensatórias a serem implementadas em benefício da população de Maceió”. A Diagonal, empresa contratada para a elaboração de tais estudos, organizou os trabalhos considerando a produção de dois documentos: o Diagnóstico Técnico Participativo e o Plano de Ações Sociourbanísticas - PAS.

Conforme registrado no Plano de Trabalho apresentado e depois no Diagnóstico entregue, o objetivo desta fase do trabalho foi produzir uma leitura integrada dos territórios e populações que tiveram suas dinâmicas urbanas e sociais alteradas em decorrência do fenômeno de subsidência e da realocação de famílias e atividades econômicas, para subsidiar as decisões sobre medidas de compensação ao município e à população de Maceió. Este trabalho foi orientado por dois componentes: o foco em impactos e medidas de compensação sociourbanística de natureza coletiva e voltados a populações, territórios e políticas relacionadas direta ou indiretamente com os efeitos dos deslocamentos.

Nos termos previstos, o Diagnóstico Técnico-Participativo foi elaborado pela Diagonal, tendo sido entregue ao MPF e à Prefeitura em 30/06/2022 e 08/07/2022, respectivamente.

A partir do diálogo posterior com a Prefeitura e suas diversas secretarias, por meio do Gabinete de Gestão Integrada - GGI dos Bairros, foi elaborado o presente Documento Técnico Complementar ao Diagnóstico. Considerando pontos levantados pelas secretarias municipais, consolidados e apresentados pelo GGI, em relação ao Diagnóstico entregue, este documento foi estruturado em duas partes: A Parte I, que apresenta textos com abordagem complementar acerca de temas tratados com o GGI; e a Parte II, constituída por um Caderno de Mapas Temáticos.

Este Documento Técnico Complementar - Parte I está organizado em 3 Capítulos Temáticos, cada um abordando um tema tratado com o GGI.

O Capítulo 1 trata dos Núcleos Focais analisados no Diagnóstico. Inicialmente recolocam-se as referências metodológicas utilizadas na definição das escalas de análise territorial utilizadas no Diagnóstico, denominadas Núcleos Focais – NF. Na sequência, é apresentada a síntese do perfil sociourbanístico dos bairros afetados pelo evento geológico e dos efeitos do processo de desocupação destes, bem como do processo de realocação de famílias, trazendo alguns elementos complementares ao Diagnóstico e comentários analíticos. Por fim, apresenta-se uma visão geral das mudanças definitivas provenientes de informações coletadas e uma síntese sociourbanística da área do entorno e dos principais bairros de destino, os denominados Núcleo Focal 2 e Núcleo Focal 3.

O Capítulo 2 apresenta os novos bairros inseridos como parte dos Núcleos Focais 2 e 3 a partir do diálogo com a Prefeitura. Foram incorporados 5 novos bairros aos Núcleos Focais inicialmente analisados e o capítulo em referência apresenta a justificativa e elementos para esta inserção.

O Capítulo 3 trata da Síntese do Diagnóstico por Eixo de Análise com texto focado em apresentar, de modo objetivo, o resumo dos impactos e contexto mapeados nos 16 temas analisados e as linhas de ação propostas em função do que foi mapeado. O texto está organizado nos quatro eixos temáticos do PAS, quais sejam: Eixo 1 – Políticas Sociais e Redução de Vulnerabilidades; Eixo 2 – Atividade Econômica, Trabalho e Renda; Eixo 3 – Qualificação Urbana e Ambiental; e Eixo 4 – Preservação da Cultura e Memória. Ao final da análise de cada eixo tem-se quadro-síntese que apresenta impactos, linhas de ação e justificativa para as linhas sugeridas no Diagnóstico, de modo a consubstanciar uma leitura direcionada à elaboração de medidas de compensação.

O Documento Técnico Complementar - Parte I conclui-se com Considerações Finais acerca dos elementos apresentados e sua importância para a próxima fase do PAS, na qual se prevê a definição pelas partes do Acordo dos projetos a serem implementados.

No Documento Técnico Complementar - Parte II, tem-se o Caderno de Mapas Temáticos. Nele está apresentado um conjunto de mapas de conteúdo semelhante às ilustrações expostas junto aos textos do Diagnóstico entregue, em relação às quais foram selecionados mapas com o propósito de aprimorar a forma de comunicação, permitindo, numa escala de maior condição de legibilidade, visualizar melhor a informação em foco.

1 Contexto socioterritorial dos Núcleos Focais

Este capítulo apresenta uma leitura territorial, por Núcleo Focal, das informações contidas no Diagnóstico por tema e/ou política setorial. Na primeira seção são retomados os conceitos que orientam a distribuição dos bairros nos Núcleos Focais. Em seguida, são apresentadas as informações síntese acerca do NF1 contidas no Diagnóstico, acrescidas de elementos complementares fruto dos diálogos técnicos estabelecidos com o GGI. Na terceira parte, é apresentado um panorama atual das mudanças definitivas e uma síntese sociourbanística dos principais aspectos e indicadores apresentados setorialmente no Diagnóstico acerca dos NF2 e NF3.

1.1 Referências metodológicas na definição dos Núcleos Focais no Diagnóstico do PAS

A indicação de *Núcleos Focais* deriva de um conceito chave na metodologia usualmente aplicada pela Diagonal a partir do qual se procuram identificar parcelas de destaque em um universo territorial que é objeto de estudo e intervenção. Essas parcelas de território não representam um recorte fixo e imutável porque são delimitadas em um momento inicial de reconhecimento da situação, servindo de referência para o aprofundamento de estudos e análises que se desenvolvem ao longo de um plano ou projeto, e que, por se tratar de processo dinâmico, estão continuamente sujeitas a revisões conforme os resultados que vão sendo alcançados no progresso dos estudos. Os Núcleos Focais tampouco representam territórios aos quais as ações de compensação estarão circunscritas – os territórios de implementação destas ações ainda será objeto de discussão com a sociedade e a Prefeitura, visando responder ao contexto e aos impactos mapeados, podendo extrapolar os limites dos Núcleos Focais definidos.

No Plano de Trabalho foi proposto que, no caso do PAS, os Núcleos Focais fossem identificados considerando:

- A posição relativa à área do evento geológico;
- As proporções de população realocada que as áreas acolhem;
- A dimensão da área que abrangem.
- Os padrões de urbanização destas áreas; e

- Os níveis de vulnerabilidade social pré-existent.

Entendeu-se que há uma correlação dinâmica e complexa entre esses elementos de referência que se influenciam mutuamente na caracterização e análise do território. São distintas – e isso pode influenciar uma análise de relevância – as condições dos lugares que estão mais próximas ou mais distantes da área afetada, aqueles que acolheram mais ou menos famílias realocadas, assim como a condição de maior ou menor vulnerabilidade social ou de oferta de infraestrutura e serviços urbanos de cada parcela do território analisado. O bairro Jatiúca recebeu uma parcela de pessoas, mas possui infraestrutura já estabelecida e menor vulnerabilidade preexistente, ao passo que o Bendito Bentes e a Cidade Universitária também receberam parcela considerável de mudanças e, além de serem áreas de expansão urbana, possuem maiores fragilidades do ponto de vista urbano. E importam as associações entre esses fatores, como, por exemplo, destacar aqueles lugares que receberam expressiva parcela de realocados, e que, ao mesmo tempo, revelam ter condições mais críticas nos padrões urbanos e na vulnerabilidade social. No Diagnóstico foram apresentados mapas temáticos explorando essas correlações.

No Plano de Trabalho foram indicadas as quatro dimensões territoriais¹ de análise e os bairros componentes das mesmas considerando esta combinação de critérios de referência, conforme detalhado a seguir:

Núcleo Focal 1 (NF1): corresponde ao sítio do evento geológico, área para a qual foi determinada a desocupação dos imóveis e a realocação da população. Seus limites foram definidos no Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4, elaborado pela Defesa Civil Municipal em dezembro de 2020. O NF1 abrange integralmente o bairro de Mutange e parcialmente os bairros Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Farol.

Considerando as demais definições do Termo de Acordo sobre esta área, os estudos urbanísticos e sociais nesse perímetro tiveram como foco: i) o patrimônio histórico, cultural e natural, visando a construção de diretrizes para a preservação do patrimônio material e imaterial do lugar; ii) a desativação de equipamentos urbanos e seus efeitos para a população remanescente; e iii) o impacto dos espaços desocupados na dinâmica geral do território.

Núcleo Focal 2 (NF2): corresponde ao entorno da área desocupada (NF1), território cuja dinâmica urbana e condições de vida da população foram afetadas pelas consequências do evento geológico e da realocação de população, equipamentos e serviços.

O foco da análise nestes territórios foram as alterações da dinâmica socioeconômica para as diferentes populações, bem como os impactos urbanos decorrentes do evento e das realocações.

Considerando os elementos referenciais de definição desta escala, foram selecionados como bairros do NF2: Pinheiro, Farol, Bom Parto, Bebedouro, Chã de Bebedouro e Chã da Jaqueira; Gruta de Lourdes e Pitanguinha. Cabe reiterar que parte destes bairros receberam percentuais importantes de famílias realocadas, também foco de análise.

Núcleo Focal 3 (NF3): consiste nas principais áreas anfitriãs que receberam as famílias advindas da área de desocupação (NF1), mas estão mais distantes do território de origem.

A realocação das famílias ocorreu em toda a cidade de Maceió e, em proporção muito menor, em cidades vizinhas. No entanto, em Maceió, um conjunto de bairros se destacou pela concentração de população realocada, segundo dados da pesquisa que indica mudanças definitivas, bem como da pesquisa sobre mudanças provisórias. A quantidade de famílias acolhidas nestes bairros foi o elemento referencial inicial para delimitação desta escala. Considerou-se, ainda, o perfil de vulnerabilidade da população realocada.

Ao referencial inicial dado pelos bairros mais representativos (e excluídos os bairros já definidos como NF2), foram aplicados parâmetros complementares que consolidaram os bairros definidos como NF3, quais sejam: os padrões de urbanização das áreas, priorizando os espaços de maior vulnerabilidade socioterritorial; os principais eixos da mobilidade urbana, as centralidades dos bairros e os equipamentos urbanos – que representam os territórios de maior circulação e concentração de pessoas; e os padrões de densidade populacional, destacando-se aquelas áreas com maior concentração de residentes.

Trata-se de lugares estratégicos nos quais se tem duas populações em foco, sob o ponto de vista da análise de impactos: as famílias realocadas e os moradores originais dos bairros, cuja dinâmica pode ser alterada pela chegada da população realocada e suas demandas. Busca-se compreender as alterações na dinâmica urbana e socioeconômica, incluindo impactos nas condições de acesso a políticas e serviços, considerando a chegada de novos residentes em um território com limitações pré-existentes, geradas inclusive pela expansão resultante dos lançamentos de empreendimentos imobiliários. É importante destacar que alguns destes territórios sofreram impacto significativo e podem indicar áreas que demandam a implementação de medidas de compensação. Vale ressaltar, ainda, que mais de 70% da população realocada mudou-se para NF2 ou NF3, sendo que os demais bairros e/ou municípios receberam menor concentração de mudanças, com distribuição difusa.

Com base no conjunto de parâmetros descrito acima, os bairros que integraram o NF3 foram: Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins e Santa Lúcia; Clima Bom e Benedito Bentes; e Petrópolis, Santo Amaro, Canaã e Serraria.

Núcleo Focal 4 (NF4): corresponde à cidade de Maceió, território de referência para contextualização e análise das políticas setoriais, planos e programas municipais, estaduais e/ou federais, que dialogam com os temas foco dos estudos. Foram analisados, inclusive, os impactos, riscos ou demandas geradas pelo evento de subsidência e pela realocação de população em relação a cada tema.

As quatro dimensões territoriais adotadas inicialmente se consolidam a partir da interlocução com os agentes públicos integrantes da Agenda Institucional, podendo, portanto, ter ajustes a partir deste diálogo², conforme será tratado no Capítulo 2 deste documento. Na fase de apresentação do Plano de Trabalho não houve propostas de ajustes quanto a este tema.

1.2 Caracterização sociourbanística dos bairros afetados (NF1)¹

Em 2018 houve um abalo sísmico no bairro Pinheiro, em Maceió, que produziu danos significativos, como fissuras, trincas e rachaduras em edificações, ruas e passeios em uma área expressiva do bairro, inclusive com a interdição de diversas moradias².

A equipe técnica do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) analisou uma série de hipóteses sobre a causa do fenômeno, chegando à conclusão de que as atividades de extração de sal-gema alteraram o estado de tensões resultando no colapso de minas e causando os processos de subsidência, como descrito no estudo sobre a instabilidade do terreno: “Está ocorrendo desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema, provocando halocinese (movimentação do sal) e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações rúpteis em superfície em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro” (CPRM, 2019, p. 39).

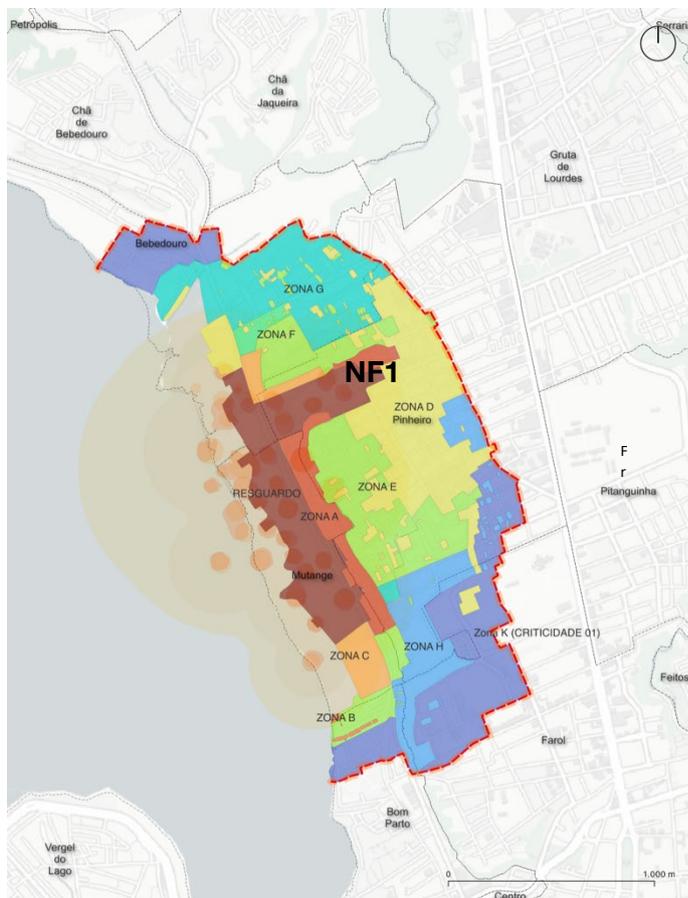
A atividade de extração de sal-gema na área é realizada pela empresa petroquímica Braskem e, no relatório da CPRM, esta foi indicada como responsável pelo evento geológico que implicou na desocupação de imóveis nos três bairros citados na nota e, posteriormente, também em partes de Bom Parto e Farol, totalizando cinco bairros com trechos considerados como área de risco de subsidência do solo.

1 Referências utilizadas neste capítulo: 1) Amaral, V. Expressões arquitetônicas de modernidade em Maceió: uma perspectiva de preservação. UFAL. Maceió, 2009; 2) Faria, G. e Costa, V. Conjuntos habitacionais populares e tecido urbano - Maceió: 1950-2000. Revista Paisagem e Ambiente n° 33. USP. São Paulo, 2014; 3) Faria, G. e Cavalcanti, V. Sistema de espaços livres da cidade de Maceió. Revista Paisagem e Ambiente n° 26. USP. São Paulo, 2009; 4) Faria, G. et al. Espaços de uso público em empreendimentos de extensão do tecido urbano no início do milênio - a cidade de Maceió (2000-2010). Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. Maceió, 2016.

² As análises sobre o evento de subsidência foram extraídas do documento “Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL) – Relatório Síntese dos resultados n° 1”, elaborado pela CPRM em abril de 2019.

O Termo de Acordo Ambiental, por sua vez, estabelece em sua Cláusula 100 que “a Braskem assume a responsabilidade pela reparação do passivo socioambiental decorrente do fenômeno de subsidência percebido nas áreas afetadas pelo impacto do PBM, abrigoando-se a adotar as medidas necessárias de mitigação, reparação ou compensação socioambiental (...), garantindo os recursos necessários para seu fiel cumprimento.”

Figura 1. Localização das frentes de lavra e Mapa de Linhas de Ações Prioritárias, Versão 4



Fonte: CPRM (2018) e Defesa Civil Municipal (2020).

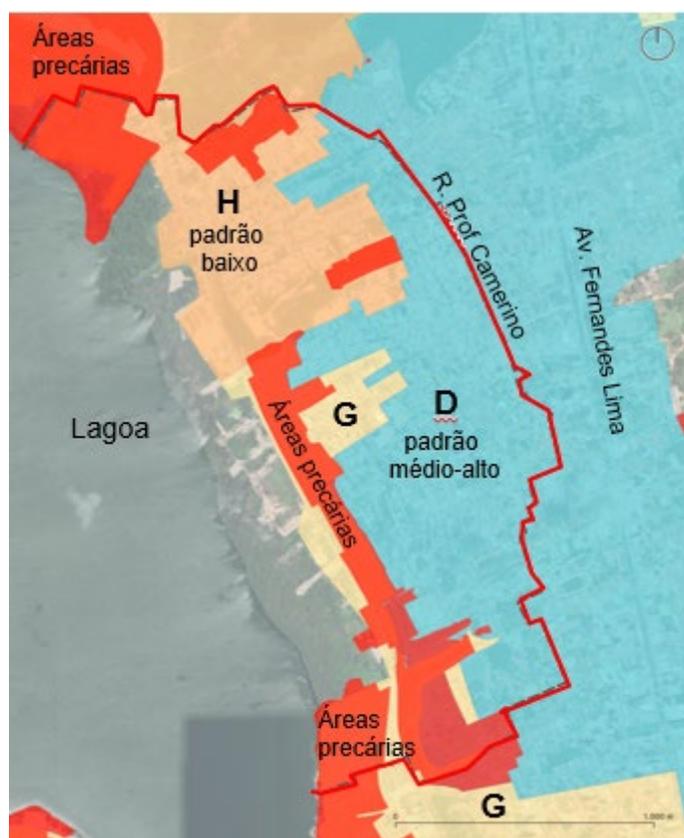
Os cinco bairros³ que foram afetados pelo fenômeno geológico espelham, de alguma forma, a própria cidade de Maceió. São territórios marcados por diversidade e exclusão – diversidade nas características do sítio natural, do conjunto construído e do perfil sociocultural de seus residentes e usuários; e exclusão, em especial, nos níveis extremos de baixa qualidade de moradia em alguns setores. O indicador de diferenciação socioeconômica nas condições de vida proposto pelo IBGE no estudo da

³ A área demarcada para desocupação abrange integralmente o bairro Mutange e parcialmente os bairros Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Farol, conforme mencionado anteriormente.

Tipologia Intraurbana (2017), apresentado no Diagnóstico, ratifica esta análise, apontando uma variação nos padrões de espacialização da cidade de Maceió entre “B” e “H”, contraste este que também se verifica na região dos bairros afetados.

Na condição de espelho da cidade, os bairros afetados apresentavam uma parcela de áreas consideradas Aglomerados Subnormais (IBGE), outras regiões em áreas de risco, encostas e/ou áreas sujeito alagamento, e também tinha territórios de padrão urbano mais elevado, como a região do Farol e Pinheiro, além de uma região intermediária no Bebedouro, conforme **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Figura 2. Tipologia intraurbana (IBGE) dos bairros afetados, com destaque para áreas precárias



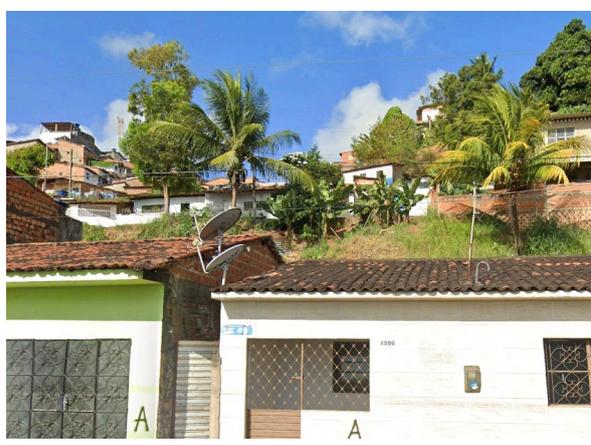
Fonte: IBGE, 2017, DCM (2014) e ONU-Habitat (2017). Elaboração: Diagonal, 2022.

No conjunto dos cinco bairros era possível encontrar elementos similares que caracterizam toda a cidade: planície, encostas, córregos e tabuleiros, áreas florestadas e áreas urbanizadas, moradias de alto padrão e casas precárias em áreas de risco, grotas ou aglomerados subnormais, componentes relevantes do patrimônio cultural material e expressões singulares do patrimônio imaterial, centros e eixos comerciais dinâmicos e áreas residenciais amenas, praças e mirantes.

Figura 3. Retratos da diversidade dos cinco bairros afetados



Figura 4 - Casas de alto padrão - Pinheiro



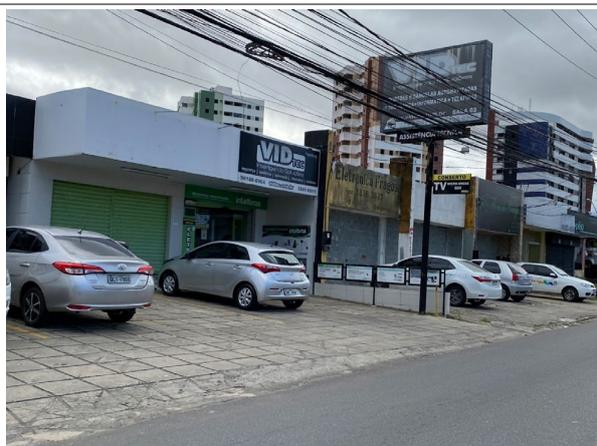
Moradias precárias e encosta - Mutange



Patrimônio cultural - Bebedouro



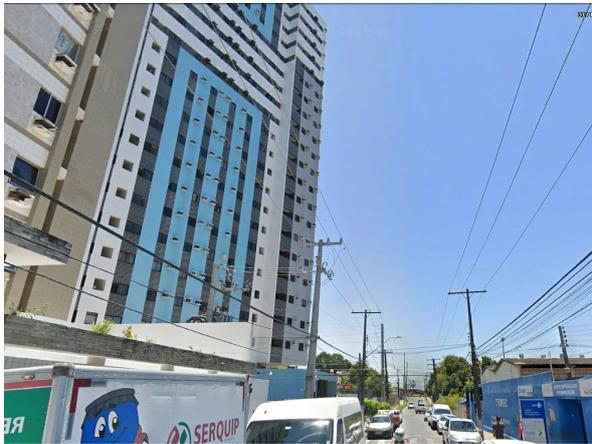
Áreas vegetadas próximas ao Flexal - Bebedouro



Eixo comercial da Rua Camerino – Pinheiro



“Mirante” na Ladeira do Calmon - Bebedouro



Verticalização e densidade urbana – Farol



Rua com córrego canalizado – Bom Parto

Fonte: Diagonal, 2021.

No entanto, ainda que houvesse elementos característicos de toda Maceió, o conjunto de bairros afetados pelo fenômeno de subsidência contava com especificidades que moldaram o modo de vida das pessoas que ali habitavam. Com sua heterogeneidade e com as condições singulares de sua inserção na cidade, o conjunto dos cinco bairros oferecia, de modo geral, um padrão positivo de acesso a equipamentos, infraestrutura e serviços urbanos em suas proximidades, com uma dinâmica econômica expressiva, associada principalmente ao eixo da Av. Fernandes Lima e ao mercado de Bebedouro e seu entorno, e com um conjunto de 6 praças presentes nos bairros, sendo três de maior porte, a Praça Gertrudes Leão e a Praça Amon de Mello, no Pinheiro, e a Praça Cel. Lucena Maranhão, em Bebedouro, conforme **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Figura 5. Retratos da diversidade dos cinco bairros afetados



Fonte: SEDET/PMM, 2019 e Receita Federal, 2022, Elaboração: Diagonal, 2022.

Bebedouro, em especial, se constituiu como um marco histórico-cultural para o Município, sendo palco de manifestações populares que se tornaram patrimônio cultural de Maceió - e objeto de preservação-, e território que abrigou importantes vestígios da história da cidade, de partes importantes de sua ocupação e de seu desenvolvimento, e ainda mais: seu povo, ou parte dele, que encarnava uma herança cultural diversa, rica, que refletia a cidade, o estado e tradições do Nordeste do Brasil. Parte do bairro é considerada uma Zona Especial de Preservação no zoneamento municipal (ver **Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Figura 6. Fotos de manifestações antigas e recentes do coco de roda, realizadas na área desocupada



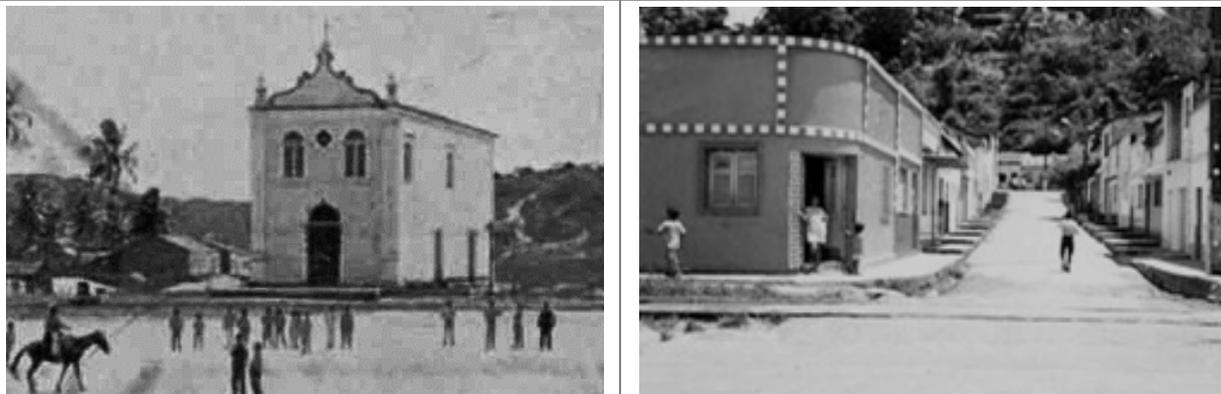
Fonte: Portal História de Alagoas e “Atual situação dos grupos culturais” (2021)⁴.

A situação recente do aspecto cultural na área desocupada era caracterizada pela ausência de infraestrutura especificamente destinada às atividades culturais (equipamentos culturais), pela vulnerabilidade social no território e pela baixa profissionalização administrativa dos grupos. Essas configurações convergem em dificuldades nos processos organizacionais dos grupos e agentes locais em sua efetiva capacidade de continuidade. Os movimentos de recrutamento e transmissão de valores, práticas e conhecimentos tradicionais acabam fragilizados, uma vez que se estruturam fortemente em processos de socialização mais a partir das relações interpessoais (os ensinamentos na casa do mestre, a busca pela sensibilização da neta de uma participante idosa, a confecção do figurino pela mãe de um integrante etc.) do que institucionais (espaços de treinamento e sólidas políticas específicas).

Em termos históricos, a região que envolve os cinco bairros afetados pelo evento geológico se encontra parcialmente localizada nos trechos mais antigos da formação urbana de Maceió, o que é o caso do bairro do Bebedouro. Mas também abrange trechos característicos de uma expansão moderna que assumiu uma forma mais linear ao longo dos eixos urbanos, consolidada até os anos 1960. No mais, abrange também trechos mais novos, característicos do último quarto do século XX, tendo uma ocupação mais consolidada nos anos 1980 – quando também se firmou com maior dinâmica em termos de atividades econômicas instaladas.

⁴ Conforme documento referenciado no Diagnóstico (CULTURA BRASKEM URGENTE, [documento eletrônico], 2021. Mantida a grafia original).

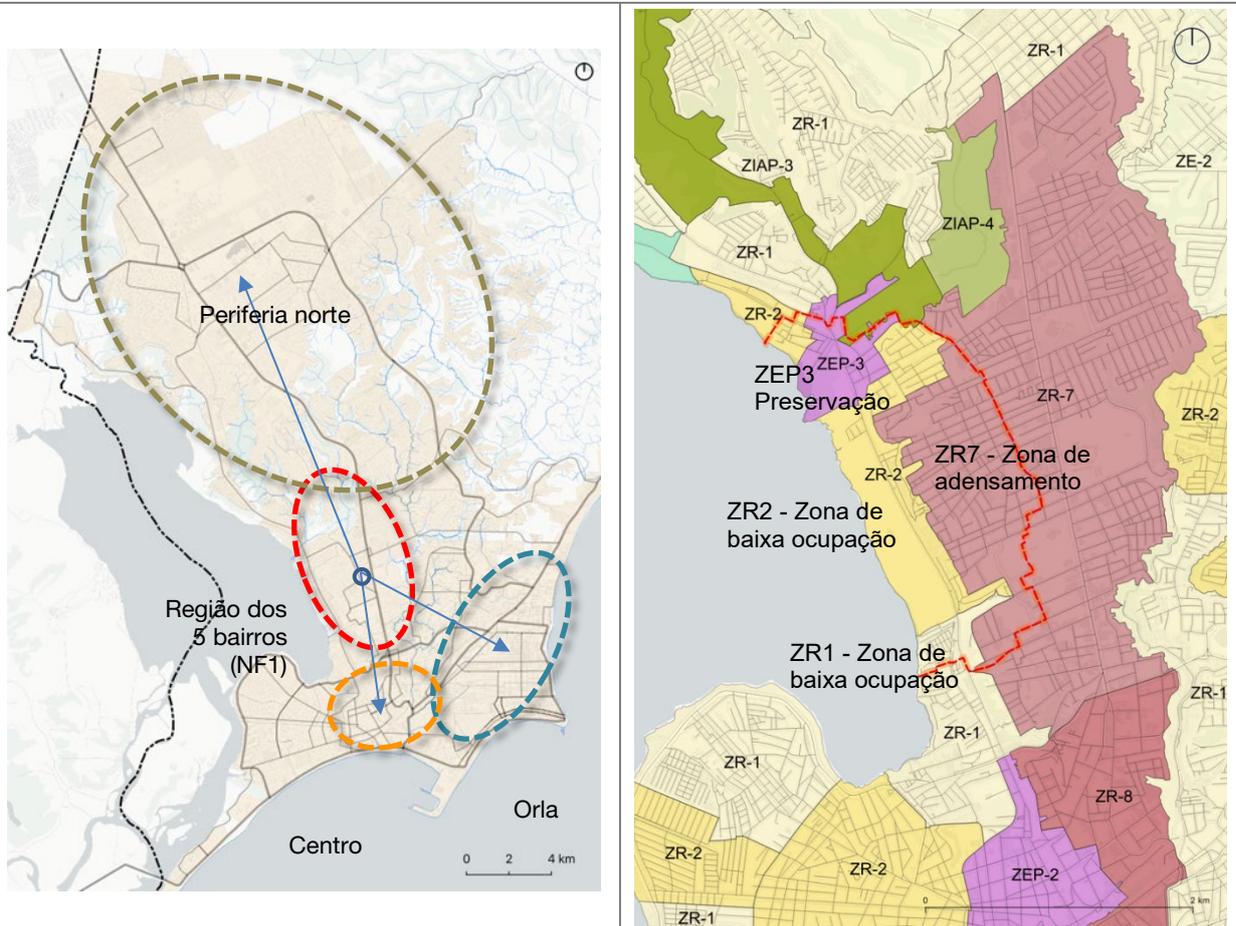
Figura 7. Foto da Antiga Praça da Matriz de Bebedouro (atual Praça Cel. Lucena Maranhão e Paróquia de Santo Antônio de Pádua) e da Vila Operária da antiga Fábrica de Tecidos Alexandria de Bom Parto



Fonte: Portal História de Alagoas.

Do ponto de vista do planejamento urbano do município, a localização dos cinco bairros pode ser considerada território duplamente estratégica: primeiro, porque possuía vantagens pela proximidade e fácil acesso ao Centro e à orla, importantes regiões da cidade, representando também um espaço de transição para as áreas mais periféricas ao norte; e, segundo, porque se inseria, majoritariamente, de acordo com as normas urbanísticas, em uma área de indução de crescimento urbano, com alto potencial de adensamento populacional e construtivo, pelo elevado coeficiente de aproveitamento permitido, conforme ilustrado na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Figura 8. Esquema de representação da localização estratégica e zoneamento da região dos cinco bairros (NF1)



Fonte: Diagonal, 2022.

Etapas chave do crescimento urbano de Maceió são apresentadas esquematicamente por Amaral (2009), na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Quando se destaca os cinco bairros, observa-se uma área bem consolidada que integra os primeiros anéis de expansão da cidade moderna.

Figura 10. Trechos urbanizados em (A) Farol; (B) Bebedouro; (C) Pinheiro e (D) Mutange.



Fonte: Google Earth, 2018.

Em termos do planejamento mais recente, em 2015 foi elaborado para a capital um plano estratégico denominado *Maceió +25 - Posicionamento estratégico e modernização da gestão*, que tinha como objetivo apontar caminhos para o desenvolvimento da cidade, incluindo aspectos de gestão territorial. No curso desse trabalho também foram realizados trabalhos técnicos e audiências públicas para revisão do Plano Diretor (2015/2016). Como um marco inicial de análise, a cidade foi considerada a partir de grandes parcelas territoriais conforme suas características morfológicas e sua dinâmica urbana, além de seus potenciais de adensamento para o futuro.

A região dos cinco bairros afetados compreendia duas das seis áreas classificadas nas análises iniciais do plano Maceió +25, conforme na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, que apresenta também os tópicos síntese de caracterização e potencial de cada área.

Figura 11. Macroestratégias e macrozoneamentos do Plano Maceió +25



Fonte: Plano Maceió +25 e processo de revisão do Plano Diretor, 2016.

A área “A” é um daqueles espaços de relevante papel para o ordenamento territorial pretendido, pelas suas condições favoráveis ao adensamento por conta da sua localização estratégica em relação ao tecido global da cidade, pela infraestrutura instalada, e pelo potencial de transformação que possuía à época. Ela abrange os bairros do Farol e do Pinheiro, além de alguns bairros do Núcleo Focal 2 e também do Núcleo Focal 3 – a exemplo de Gruta de Lourdes, Santa Lúcia e Jacintinho.

A área “D” abrange um conjunto amplo de bairros que circundam a Lagoa Mundaú. Têm em comum o padrão de ocupação de bairros populares, incluindo aglomerados subnormais com condições precárias de moradia. Também se destacam nesse conjunto o Bebedouro, Mutange e Bom Parto – bairros diretamente afetados pelo evento geológico. A área foi apontada como objeto de atenção, para se promover uma ocupação urbana controlada, tendo em vista sua condição sensível em termos ambientais e sociais.

Integrante da paisagem da área “D”, destaca-se a Lagoa Mundaú, que constitui um componente crucial no conjunto urbano em foco, dadas as suas múltiplas faces. A Lagoa precisa ser abordada na dimensão ambiental enquanto corpo d’água de grandes dimensões, na complexidade de seu ecossistema, abordada como lugar de oportunidades e referência para a prática pesqueira e artesanal de populações tradicionais, como território simbólico no universo do patrimônio imaterial de Maceió, palco de inúmeras manifestações culturais, e como elemento chave na concepção

muito ampla de *paisagem cultural* – mesclando a dimensão urbanística, ambiental e patrimonial. Tal dimensão transcende, naturalmente, as fronteiras político-institucionais e abarca todo o conjunto urbano e ambiental de seu entorno. Com escala mais próxima, a **Erro! Fonte de referência não encontrada.** destaca a correlação da Lagoa com os bairros vizinhos, evidenciando também a localização das frentes de lavra e dos elementos de sinalização náutica implantados.

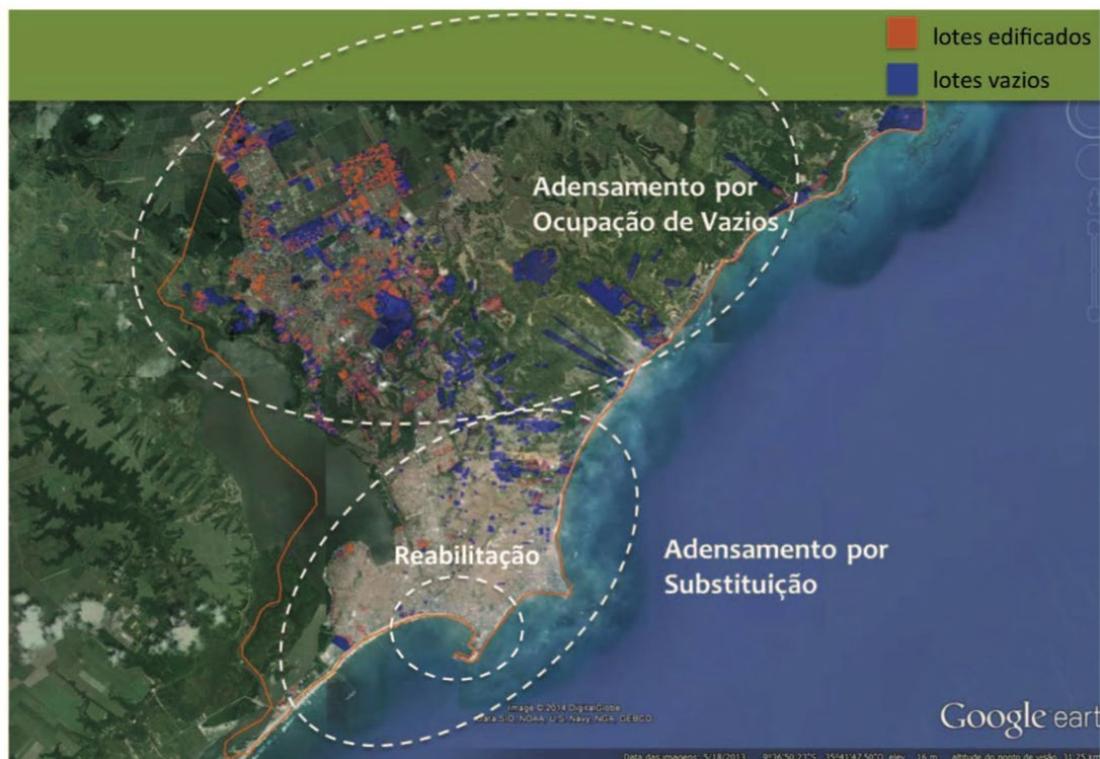
Figura 12. Núcleo Focal 1 em sua interface com a Lagoa Mundaú, com localização das frentes de lavra



Fonte: Diagonal, 2022, com base em dados da CPRM e Tetra Tech.

Uma visão de macroestratégia foi apontada no plano Maceió +25, indicando três linhas de ação conforme grandes marcos territoriais da cidade, com o objetivo de obter o melhor uso da cidade existente: a *reabilitação* para a região central; o *adensamento por substituição* para as áreas da expansão urbana mais antiga e consolidada; e o *adensamento por ocupação de vazios*, para as áreas mais periféricas, de ocupação mais recente e marcada pela grande expressão da presença de vazios urbanos.

Figura 13. Macroestratégias apontadas no plano Maceió +25



Fonte: Plano Maceió +25, 2015.

Os cinco bairros afetados pelo evento geológico se encontravam justamente na região indicada para o adensamento por substituição do conjunto edificado, sendo um amplo território apontado para maior estímulo à ocupação, aproveitando-se de índices urbanísticos que favorecem o adensamento – observadas algumas limitações como aquelas citadas para a área “D” discutida anteriormente⁵.

A criação de uma extensa área submetida a um processo de *desocupação* e *desativação* de atividades urbanas – decorrente do evento geológico – repercute no potencial imobiliário concebido para a dinamização pretendida para o lugar, gerando um vazio visível e marcante na paisagem urbana, conforme Figura 14.

⁵ Correlacionando os demais Núcleos Focais do Diagnóstico do PAS com o Plano Maceió +25, o Núcleo Focal 2 se encontra predominantemente inserido na área indicada para adensamento por substituição, sob padrões mais intensos de ocupação e adensamento construtivo e populacional, enquanto o Núcleo Focal 3 se encontra na área indicada para adensamento por ocupação de vazios, e a ser urbanizada sob padrões menos intensivos de construção e ocupação do solo.

Figura 14. Vista aérea dos bairros afetados, com os imóveis desocupados



Fonte: Google Earth, 2022.

Se a região deveria ser orientada pela promoção de um adensamento por substituição do conjunto construído existente, isso representaria a progressiva mudança dos padrões unifamiliares para a produção de condomínios em habitação multifamiliar. E este processo já vinha sendo promovido na região, com verticalização das edificações, mesmo à época da elaboração do plano estratégico. As áreas remanescentes dos bairros afetados, que não estão submetidas à restrição das áreas de criticidade, têm ainda seu potencial imobiliário a ser explorado. Mas, como discutido no Diagnóstico Técnico-Participativo, houve manifestações de apreensão por parte de entrevistados quanto ao processo de retomada desse desenvolvimento imobiliário – o que uma análise sistemática, cronológica, dos processos de licenciamento e habite-se nas bases de dados da Prefeitura permitiria monitorar e avaliar.

Para balizar a compreensão da dimensão da desocupação, podem ser tomados os dados oriundos do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF), que executou, entre outras atividades, a identificação dos imóveis localizados na área a ser desocupada. O universo de imóveis inseridos neste processo abarca um número dinâmico, de acordo com novas diligências e análises documentais que fazem parte do escopo do PCF. Para a produção deste Documento, considera-se uma base de dados

mais atualizada que a apresentada no Diagnóstico, com o universo de imóveis em maio de 2022, de acordo com os dados do PCF, e proporção de área afetada por bairro, conforme Tabela 1.

Tabela 1. NF1, Bairros Afetados – Área total, área afetada por realocação e imóveis selados

Bairros	Área dos Bairros - Km ²	% da área afetada	Imóveis realocados/ selados ou em monitoramento
Bebedouro	2,25 (área total)	37,3	3.949
	0,79 (área urbanizada)	82	
Bom Parto	0,56	20	1.865
Farol	2,9	11,7	1.049
Mutange	0,53	100	923
Pinheiro	1,97	63,5	6.746
Total			14.532

Fonte: Diagonal (% da área afetada), 2021. Braskem (imóveis realocados) dez, 2022.

Os imóveis situados na área desocupada tinham usos bastante variados, sendo 76% exclusivamente residenciais e 24% com outros usos, como atividades econômicas, incluindo imóveis de uso misto (residência e comércio/serviço no mesmo local), igrejas, órgãos institucionais etc. Com a ação de desocupação da área, estes imóveis foram descaracterizados, como mostrado nas Figuras a seguir.

Figura 15. Foto de comércio na rua Cônego da Costa, em Bebedouro, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis.



Fonte: Google Street View, 2019 e Diagonal, 2021.

Figura 16. Foto de residências em Bebedouro, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis.



Fonte: Google Street View, 2019 e Diagonal, 2021.

Figura 17. Foto de residências no Farol, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis.



Fonte: Google Street View, 2019 e Diagonal, 2021.

Figura 18. Foto de residências no Pinheiro, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis.



Fonte: Google Street View, 2019 e Diagonal, 2021.

Figura 19. Foto de residências e comércios no Pinheiro, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis.



Fonte: Google Street View, 2019 e Diagonal, 2021.

Figura 20. Foto de residências no Bom Parto, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis.



Fonte: Google Street View, 2019 e Diagonal, 2021.

Ainda que a maioria dos imóveis na área desocupada fossem residências, o número de imóveis de uso misto, comercial e de serviços é representativo e aponta para a vitalidade também econômica desta região. Considerando o contexto econômico, estava localizado na área desocupada o Mercado Público de Bebedouro – hoje desativado -, onde convergia grande circulação de residentes do entorno, atraídos principalmente pela venda de produtos como frutas e hortaliças, configurando como importante centro comercial da região.

Figura 21. Atividades comerciais no Mercado Público de Bebedouro

Fonte: Google Imagens, 2020.

Outro fator que compunha o grande dinamismo social e econômico da área se relacionava à presença de diferentes equipamentos públicos. Com a ação de desocupação, grande parte foi realocado e segue em funcionamento, em espaços definitivos ou provisórios em outros bairros do município. Conforme apontado do Diagnóstico, os equipamentos que foram realocados em definitivo ou que estão em processo, até outubro de 2022, são:

- Assistência Social: Abrigo Acolher para Crianças e Adolescentes; Abrigo de Idosos Luiza Marillac; CRAS Bom Parto.
- Educação: a) Rede Municipal - 02 CMEI realocadas para locais transitórios (Luiz Calheiros Júnior e Vereador Braga Neto) e 03 Escolas também realocadas para locais transitórios (Radialista Edécio Lopes, Padre Brandão Lima, Major Bonifácio da Silveira); b) Rede Estadual - 05 Escolas realocadas para locais transitórios (José Correia da Silva Titara, Alberto Torres, Nossa Sra. do Bom Conselho, Rosalvo Ribeiro, Professor José Vitorino da Rocha).
- Saúde: a) Rede Municipal – 03 equipamentos operando em local transitório (USF São Vicente de Paula, Sede do Distrito Sanitário III, PAM Bebedouro) e 01 com construção em curso (UBS Bebedouro); b) Rede Estadual – 02 equipamentos operando em local transitório (CAPS Casa Verde, CAPS AD/Uncisal); c) Rede Privada – 02 equipamentos realocados para local definitivo (Hospital HapVida e Clínicas HapVida) e 01 operando em local transitório (Casa de Saúde Ulisses Pernambucano).

Alguns equipamentos não foram realocados, seja por terem encerrado as atividades ou por ainda estarem operando no local de origem sob monitoramento:

- 04 equipamentos de saúde, sendo 01 da Rede Municipal (UBS São Vicente de Paula – operação suspensa), 01 da Rede Estadual (Hospital Escola Portugal Ramalho – operando no local de origem sob monitoramento) e 02 da Rede Privada (Hospital

Sanatório - operando no local de origem sob monitoramento -- e Casa de Saúde Miguel Couto – operação encerrada).

A visão do dinamismo desta área é consagrada nos instrumentos do planejamento. Os registros do processo de revisão do Plano Diretor, de 2015, apontam um papel estratégico para o eixo da Av. Fernandes Lima, com o estímulo à consolidação de uma centralidade secundária na região de cruzamento com a Av. Rotary, em Gruta de Lourdes, – que é um trecho próximo da área de desocupação e que está numa escala de proximidade que traz evidências de efeitos negativos decorrentes da desativação de atividades e de desocupação do território. A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** exibe a leitura dos principais componentes que expressam a dinâmica urbana de Maceió, apontando centralidades principais, secundárias e locais, além dos principais eixos de comércio e serviços. O centro secundário da conexão Av. Fernandes Lima com Av. Rotary está representado com o número 5; o centro local do Bebedouro aparece com o número 12.

Figura 22. Centros e eixos de comércio e serviços no Plano Maceió +25



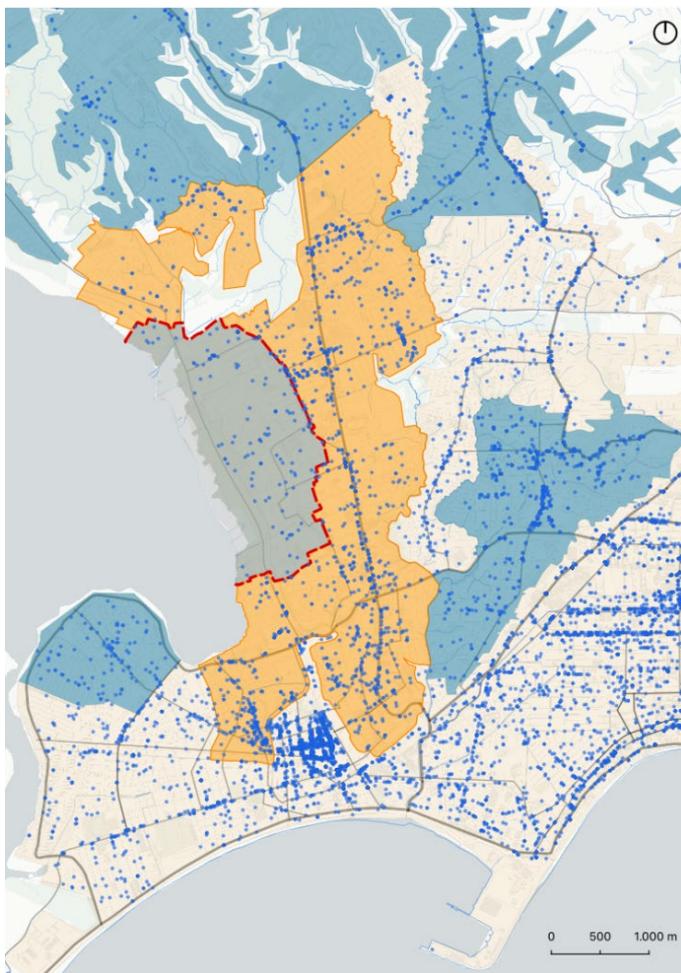
Fonte: Plano Maceió +25 e processo de revisão do Plano Diretor, 2016.

Considerando-se esse indicativo de um centro secundário, um centro local e outros elementos marcantes da dinâmica urbana dos cinco bairros, a vitalidade desta

região pode ser corroborada ao se examinar o levantamento de empresas do setor de comércio e serviços que foi realizado nas bases da Receita Federal para o Diagnóstico do PAS.

Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, os pontos azuis representam as empresas, enquanto as elipses vermelhas destacam o eixo da Av. Fernandes Lima e o entroncamento com a Av. Rotary e as amarelas apontam os polos dinâmicos da Rua Prof. José da Silveira Camerino e a região de entorno do Mercado de Bebedouro.

Figura 23. Polos e eixos de dinâmica urbana na região dos cinco bairros



Fonte: Base de dados de CNPJ da Receita Federal (2022). Elaborado pela Diagonal.

As novas orientações do processo de revisão do Plano Diretor, retomada recentemente pela Prefeitura, ainda não foram expostas e debatidas com o público, mas certamente levam em conta as contribuições apresentadas nesse passado recente, além das análises mais atualizadas que consideram os efeitos do fenômeno geológico na dinâmica de Maceió hoje e para seu cenário futuro.

Figura 24. Diagrama das especificidades da área desocupada



Fonte: Diagonal, 2022.

1.3 Panorama das mudanças definitivas e síntese sociourbanística dos bairros do entorno (NF2) e dos principais bairros de destino (NF3)

O processo de desocupação dos cinco bairros implicou a dispersão destas famílias em outros territórios de Maceió – dados amostrais apontam que cerca de 88% das famílias permaneceram no município. Para efeito de uma avaliação preliminar do impacto demográfico da realocação dos moradores dos bairros do NF1, considera-se um universo de 30 a 35 mil pessoas, segundo estimativa elaborada por extrapolação a partir de dados censitários.

Considerando as famílias que se instalaram em outros municípios, cerca de 8% realizaram a mudança para municípios da Região Metropolitana de Maceió, fora a capital. Um conjunto metropolitano, por princípio, representa uma região que agrega municípios dentro de uma dinâmica que fortalece uma rede de cidades – tanto no que diz respeito à sua configuração física, quanto no campo socioeconômico. Cabe a análise comparativa de que, em algumas outras metrópoles no país, a dinâmica urbana e econômica encontra expressão forte entre alguns dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana (RM), que catalisam determinadas atividades e concentram negócios e PIB.

Em Maceió, cuja RM abarca 13 municípios, este papel de polaridade da capital demonstra uma concentração acentuada, diferentemente de outras RM, incluindo a

concentração populacional, tendo Maceió 76% da população metropolitana (IBGE, 2021). Assim, Maceió constitui um município polo metropolitano com uma condição singular, como líder regional em posição de grande discrepância diante dos demais membros da metrópole.

Nesse contexto, ainda que os resultados da Pesquisa Pós-Compensação indiquem que cerca de 12% das famílias se mudaram para fora de Maceió, observa-se um absoluto predomínio de famílias realocadas para a própria capital.

Tabela 2. PIB a preços correntes, População Total e Proporção de mudanças definitivas por município da Região Metropolitana de Maceió

Municípios de destino	PIB (IBGE 2019)	Pop Total (IBGE 2021)	Mudanças (%)
Atalaia	936.762	47.540	0,1
Barra de Santo Antônio	185.001	16.201	0,2
Barra de São Miguel	215.073	8.434	0,7
Coqueiro Seco	75.404	5.882	0,0
Maceió	23.411.869	1.031.597	87,6
Marechal Deodoro	2.408.889	52.848	2,2
Messias	177.493	18.201	0,1
Murici	404.936	28.428	0,2
Paripueira	170.826	13.484	0,6
Pilar	542.755	35.310	0,3
Rio Largo	1.167.790	75.662	2,5
Santa Luzia do Norte	174.614	7.344	0,0
Satuba	187.817	14.042	1,0
RMM	30.059.229	1.354.973	95,6
Outros municípios (Alagoas e Brasil)	-	-	4,4

Fonte: IBGE, 2021. Diagonal, Pesquisa Pós-compensação. 2022. Base de dados.

Nota. Universo de 7.176 famílias que informaram o endereço ao pesquisador, setembro de 2022.

Conforme descrito no item 1.1, foram estabelecidos recortes espaciais com a finalidade de parametrizar indicadores sociourbanísticos desde o início do processo de construção do PAS. Com o decorrer do processo de realocação das famílias, a captação dos fluxos migratórios atestou a delimitação dos Núcleos Focais previamente estabelecidos.

Em decorrência de diálogos técnicos com a Prefeitura e análises do Diagnóstico, novos bairros foram incorporados aos Núcleos Focais - conforme será detalhado no capítulo a seguir: Jacintinho, Vergel do Lago, Santa Amélia e Jd. Petrópolis no NF3 e Levada no NF2.

Com a fonte de dados obtida na execução do PCF, por meio da aplicação do questionário de acompanhamento das famílias, tem-se a amostra daquelas que concluíram o processo de compensação financeira e adquiriram imóveis para moradia

definitiva até setembro de 2022⁶. Como muitas famílias ainda estão com as mudanças definitivas em curso, essa base de dados alcançou, até a data citada, aproximadamente 70% dos imóveis residenciais e mistos nos bairros de origem. Importante destacar que a pesquisa tem caráter declaratório e que parte das famílias nesse contexto optou por não informar o endereço de residência.

Os resultados dos questionários apontam que, entre as famílias com destino conhecido, o bairro com maior número de famílias instaladas em definitivo é Cidade Universitária, com 8,7%. Os dez bairros mais procurados para mudanças definitivas, em ordem decrescente, são: Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins, Santa Lúcia, Serraria, Farol, Gruta de Lourdes, Clima Bom, Jatiúca, Benedito Bentes e Santa Amélia.

Dentre os 10 bairros citados, 07 estão localizados no NF3 e 02 estão localizados no NF2. Considerando todas as mudanças para moradia final em bairros conhecidos de Maceió, 51% tiveram como destino bairros do NF3 e 22% foram para bairros do NF2.

Ainda considerando os dados oriundos da Pesquisa Pós-Compensação, na **Erro! Fonte de referência não encontrada. Erro! Fonte de referência não encontrada.** estão apresentadas as proporções de mudanças a partir do bairro de origem, apontando que a maioria das mudanças definitivas até setembro de 2022 (48%) foi de famílias que partiram de Pinheiro.

Tabela 3. Proporção de mudanças definitivas por bairro de destino, segundo origem (%)

Bairros de destino	Bairros de origem					Totais
	Bebedouro	Bom Parto	Farol	Mutange	Pinheiro	
Bebedouro	0,5	0,0	0,0	0,1	0,1	0,7
Bom Parto	0,1	2,4	0,1	0,4	0,2	3,2
Chã da Jaqueira	1,2	0,3	0,1	0,8	0,5	3,0
Chã de Bebedouro	0,7	0,1	0,0	0,2	0,0	1,0
Farol	0,7	0,2	0,4	0,2	3,8	5,4
Gruta	0,5	0,0	0,1	0,1	3,8	4,5
Levada	0,1	0,5	0,0	0,1	0,1	0,7
Pinheiro	0,3	0,0	0,0	0,0	1,9	2,4
Pitanguinha	0,1	0,1	0,1	0,1	0,9	1,4
Total NF-02	4,3	3,6	0,9	2,1	11,4	22,3
Benedito Bentes	0,8	0,8	0,2	0,9	1,6	4,2

6 Os resultados apresentados no Diagnóstico desta pesquisa têm como linha de base a data de outubro de 2021. Neste documento, optou-se por trazer dados mais atualizados.

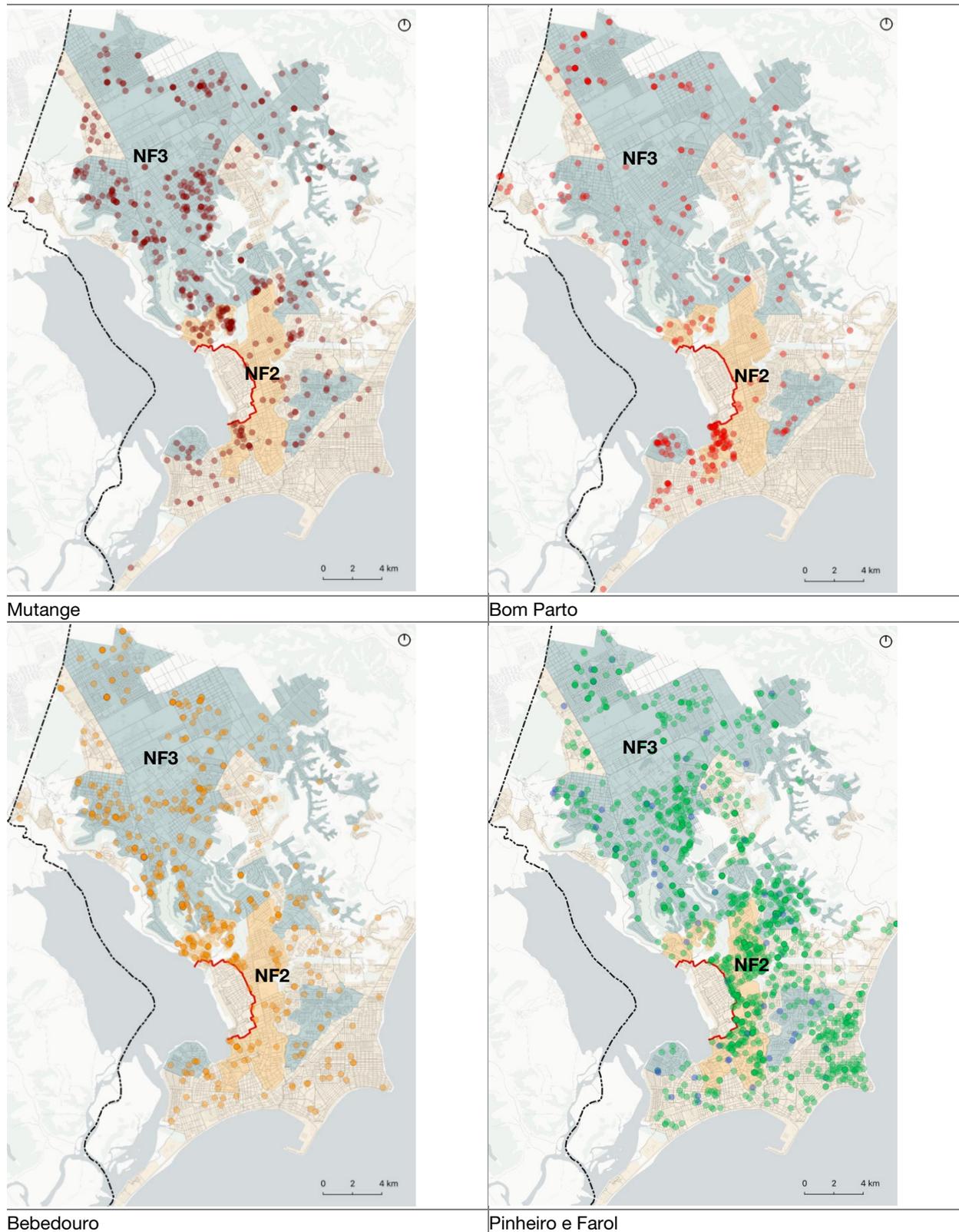
Bairros de destino	Bairros de origem					Totais
	Bebedouro	Bom Parto	Farol	Mutange	Pinheiro	
Canaã	0,3	0,1	0,1	0,5	0,9	1,9
Cid. Universitária	2,6	1,9	0,4	1,2	2,6	8,7
Clima Bom	1,5	0,6	0,3	0,8	1,1	4,3
Jacintinho	0,5	0,5	0,1	0,3	0,4	1,7
Jardim Petrópolis	1,1	0,1	0,1	0,5	1,0	2,7
Petrópolis	0,9	0,1	0,0	0,4	0,8	2,2
Santa Amélia	1,8	0,4	0,1	0,4	1,2	3,9
Santa Lúcia	1,3	0,5	0,2	1,4	3,1	6,5
Santo Amaro	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2
Serraria	1,0	0,1	0,1	0,2	4,2	5,7
Tab. do Martins	2,3	0,4	0,4	1,1	3,3	7,5
Vergel do Lago	0,2	0,5	0,0	0,1	0,1	1,0
Total NF-03	14,4	6,0	2,2	7,7	20,2	50,5
Total Demais Bairros	4,7	3,0	1,0	2,1	16,4	27,2
Total Geral	23,4	12,7	4,1	11,9	48,0	100,0

Fonte: Diagonal, Pesquisa Pós-compensação. 2022. Base de dados.

Nota. Universo de 6.083 famílias que se mudaram para Maceió e informaram o endereço ao pesquisador, setembro de 2022.

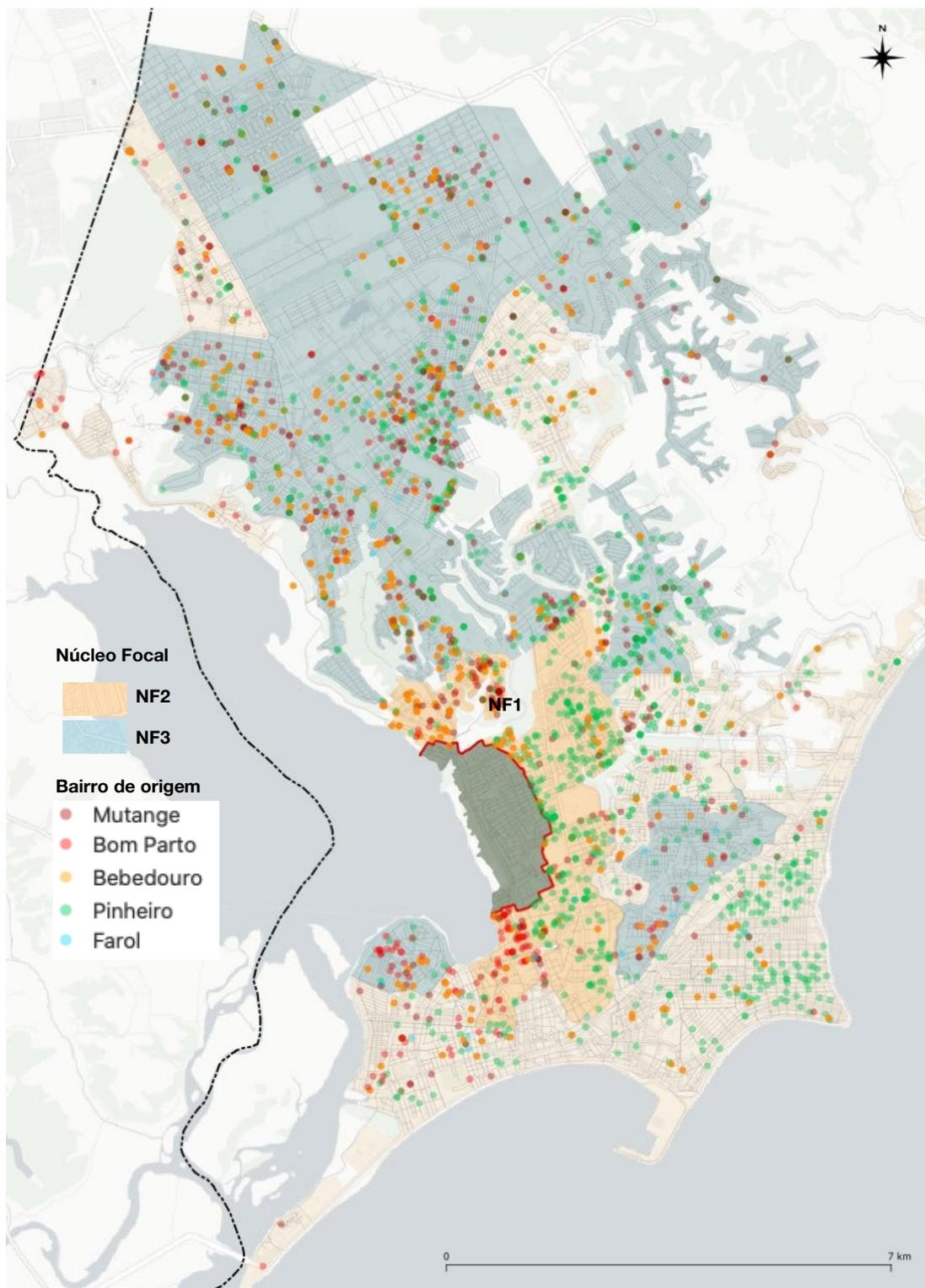
A Figura 25 apresenta o total de famílias realocadas, que declararam o endereço de destino até março de 2022, segundo os bairros de origem, enquanto a Figura 26 apresenta o mesmo universo de famílias realocadas, com os bairros de origem juntos.

Figura 25. Famílias realocadas, segundo bairros de origem



Fonte: Diagonal, 2022.

Figura 26. Famílias realocadas segundo bairro de origem: Mutange, Bom Parto, Bebedouro, Pinheiro e Farol



Fonte: Diagonal, 2022.

Considerando os dados apresentados, faz-se importante trazer uma síntese sociourbanística dos bairros do NF2 e NF3 prévia à chegada dos novos moradores - responsáveis pelo acolhimento de 73% do total de famílias realocadas - permitindo a leitura socioterritorial sobre os impactos da realocação trazida no Capítulo 3.

Conforme explicitado no item 1.1, o NF2 é composto pelo conjunto de bairros do entorno do NF1 e por isso sofreu os impactos mais diretamente ligados à desocupação da área e desativação das atividades. O foco da análise nestes territórios se deu nas alterações da dinâmica socioeconômica para as diferentes populações e sujeitos e nos impactos urbanos decorrentes do evento. Já o NF3 é definido pelos principais bairros de destino distantes da área de origem (NF1), o que implica numa condição socioterritorial distinta dos núcleos anteriores. Nesses territórios, a análise se faz tanto em relação às famílias realocadas quanto aos antigos moradores, pois a dinâmica destes bairros passou a ser alterada a partir da chegada da população realocada e suas demandas.

No escopo das políticas sociais e redução de vulnerabilidades (Eixo 1), especificamente na área temática de saúde, a maior parte dos bairros do NF2 está inserida em distritos sanitários que apresentam cobertura acima da média municipal, situação semelhante à do NF1. Já nos bairros do NF3, a cobertura da atenção básica é menor que a média municipal, com 04 bairros localizados em distrito sanitário (DS VII) que tem cobertura de 37%, abaixo da média municipal (45%), indicando que os serviços de saúde operam em sobrecarga, e que terão mais impacto com a chegada das novas famílias.

Considerando o contexto da educação, os bairros do NF2 e NF3 têm perfis semelhantes, com médias de alunos por turma acima da média municipal, indicador importante para determinar as condições de promoção de aprendizado, em que uma média de aluno por turma consistentemente alta pode indicar que a escola já opera em condições adversas. Observando outro indicador, a taxa de distorção idade-série, percebe-se que o NF2 e o NF3 apresentam valores significativamente maiores do que a média de Maceió, apontando para uma desigualdade relevante.

No cenário da assistência social, a situação de vulnerabilidade pode ser analisada pela taxa de famílias inseridas no Cadastro Único, que nos bairros do NF2 representam 48% e no NF3 somam 58%. Agentes da rede municipal relataram limitação da capacidade dos serviços de Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidades, assim como dos serviços voltados à primeira infância e às pessoas idosas. Esta condição é mais problemática no NF3, cujos serviços socioassistenciais já tinham capacidade mais limitada que a média da cidade, sendo destaque o PSE3, que abarca três dos principais bairros de destino: Cidade Universitária, Santa Lúcia e Tabuleiro do Martins.

Quanto à segurança pública, uma análise do indicador de morte violenta intencional mostra que no NF2 há condições distintas entre os bairros, com índices menores em Pinheiro e Gruta de Lourdes e mais altos em Chã da Jaqueira e Chã de Bebedouro. Já no NF3, alguns bairros apresentam os maiores índices de violência de toda a cidade, com o conjunto dos bairros representando mais de 40% dos crimes violentos letais intencionais de Maceió em 2020, especialmente em Benedito Bentes.

No contexto da atividade econômica, emprego e renda (Eixo 2), destaca-se a realidade dos bairros do NF2 como importante corredor do fluxo de pessoas e produtos, pela proximidade com o centro da cidade, contando com atividades setoriais consolidadas. Os setores econômicos mais presentes tanto no NF2 como no NF3, em número de estabelecimentos em 2020, são comércios varejistas variados (58% no NF2 e 68% no NF3) e serviços de alimentação (20% no NF2 e 10% no NF3). A região do NF3 apresenta uma menor dinâmica econômica, embora seja importante área de expansão da cidade, com recentes construções de empreendimentos e conjuntos habitacionais populares, que implicam em maior demanda por geração de emprego e renda localmente, assim como por comércios e serviços ofertados. Trata-se de área onde se verifica muitos trechos em que o comércio local está se desenvolvendo de maneira desorganizada e informal, concentrando-se em locais sem infraestrutura adequada.

No contexto da qualificação urbana e ambiental do território (Eixo 3), os bairros do NF2 têm a mesma vantagem locacional que se apresentava no NF1, pela proximidade com o centro da cidade e à orla, boa conexão de mobilidade e por abranger bairros considerados estratégicos no planejamento municipal para adensamento e dinamização de uso futuro, como Farol, Pitanguinha, Gruta de Lourdes e o trecho remanescente do Pinheiro, sendo também uma área mais densa e consolidada, onde a oferta imobiliária é mais reduzida e com preços mais elevados que no NF3. Já o NF3 se configura como um vetor de expansão urbana de Maceió mais recente, com a construção de grandes conjuntos populares, cujo baixo valor imobiliário se associa à maior distância do centro – que ocasiona, em geral, maior tempo de deslocamento à população - e à menor gama de infraestrutura e serviços urbanos e sociais disponíveis, relacionados a uma condição mais periférica da cidade.

Em relação à oferta de equipamentos urbanos e espaços públicos, é possível afirmar que o território do NF2 oferece uma rede com uma distribuição com maior nível de proximidade, e, portanto, mais qualificada, do que a observada no NF3. No entanto, ambos os NF apresentam praças com deficiência de manutenção, escassez de arborização, falta de acessibilidade e calçadas subdimensionadas, além da presença de espaços ociosos e de tímida existência de redes ou rotas para a mobilidade ativa. A pouca arborização nas vias é percebida também no NF2 e

NF3, o que impacta diretamente na qualidade da oferta da mobilidade ativa, seja para o pedestre, seja para o ciclista.

Por outro lado, apesar das maiores distâncias internas no NF3, existem espaços de convergência com alta concentração de negócios e serviços locais, característicos deste território, que geram trabalho, renda e vitalidade em centros de bairros como Santa Lúcia, Tabuleiro do Martins, Benedito Bentes e Cidade Universitária. Já no NF2, há a presença de polo dinâmico expressivo em termos comerciais ao longo da Av. Fernandes Lima, além de centros de bairros em Chã de Bebedouro e Chã da Jaqueira, com alcance mais local voltado à população do entorno, predominantemente de baixa renda.

Quanto à situação ambiental do território, foram mapeadas unidades de paisagem que contam com fragilidades incorporadas devido à ocupação urbana, tanto no NF2 como no NF3, como ausência de cobertura vegetal, ocupações instáveis, impermeabilização do solo – que dificulta a absorção das águas da chuva-, áreas críticas de alagamentos e inundações – associado também a questões de drenagem urbana-, resíduos sólidos lançados nos rios e córregos, disposição de esgoto *in natura* e qualidade das águas comprometida. É importante ressaltar, ainda, as fragilidades ambientais naturais observadas, por exemplo, nos rebordos erosivos no Benedito Bentes, no NF3, território inapropriado para ocupação urbana.

No contexto da preservação da cultura e memória (Eixo 4), o maior enfoque de análise se deu no NF1, visando a salvaguarda da cultural, da identidade e do patrimônio cultural dos bairros afetados e sua população. No que diz respeito ao acesso a equipamentos e atividades culturais, há carência de equipamentos públicos diretamente ligados à cultura tanto em NF2 quanto NF3. Estes territórios, por outro lado, ao receberem população realocada, também são destino de artistas, mestres, mestras e integrantes de grupos culturais promotores da cultura popular de Maceió. Em relação aos bens materiais relacionados ao patrimônio cultural, foram identificadas, junto com a Prefeitura de Maceió, 6 edificações de valor histórico de destaque no NF2, inseridas na Zona Especial de Preservação Cultural de Bebedouro (ZEP-3), enquanto o restante do território deste núcleo focal abriga 18 Unidades Especiais de Preservação Cultural (UEP), a exemplo da Vila Operária da Antiga Fábrica Alexandria, em Bom Parto. Ainda, no NF2 está localizada a Igreja de São Gonçalo, no bairro do Farol, tombada pela Secretaria de Cultura de Alagoas. Já no NF3 são identificadas 4 UEP, como o Farol do Jacintinho, no bairro do Jacintinho.

2 Atualização dos Núcleos Focais

Este capítulo apresenta a revisão técnica da lista dos bairros que compõem os territórios denominados Núcleos Focais, realizada após a entrega formal do Diagnóstico Técnico-Participativo do PAS às partes do Acordo Socioambiental. Esta atualização decorre dos diálogos técnicos estabelecidos entre a Diagonal e a Prefeitura Municipal de Maceió / Gabinete de Gestão Integrada e SEDET.

O processo de elaboração do Diagnóstico e das propostas do Plano de Ações Sociourbanísticas - PAS tem como referência um Plano de Trabalho consolidado, mas seus marcos orientadores passam por adequações ao longo do desenvolvimento, que são inerentes à dinâmica do planejamento.

Os Núcleos Focais constituem um dos referenciais relevantes para o desenvolvimento dos trabalhos e, desde o princípio, foram apresentados com uma visão flexível e aberta. Embora esta revisão tenha sido motivada a partir das discussões com a prefeitura, alguns elementos que a norteiam já haviam sido objeto de avaliação nas fases mais recentes do trabalho. Esta revisão propiciou uma reflexão acerca dos critérios iniciais e contou com apoio de dados mais atualizados e informações complementares na contextualização e análise dos Núcleos Focais.

A primeira revisão adotada foi considerar a delimitação dos Núcleos Focais apenas como as áreas urbanizadas. Isso ocorre porque, em diálogo com a Prefeitura Municipal de Maceió, avaliou-se que a delimitação pelo limite oficial dos bairros considerava áreas não ocupadas, como grotas, o que não refletia a realidade urbana e o cenário de mudanças para esses bairros.

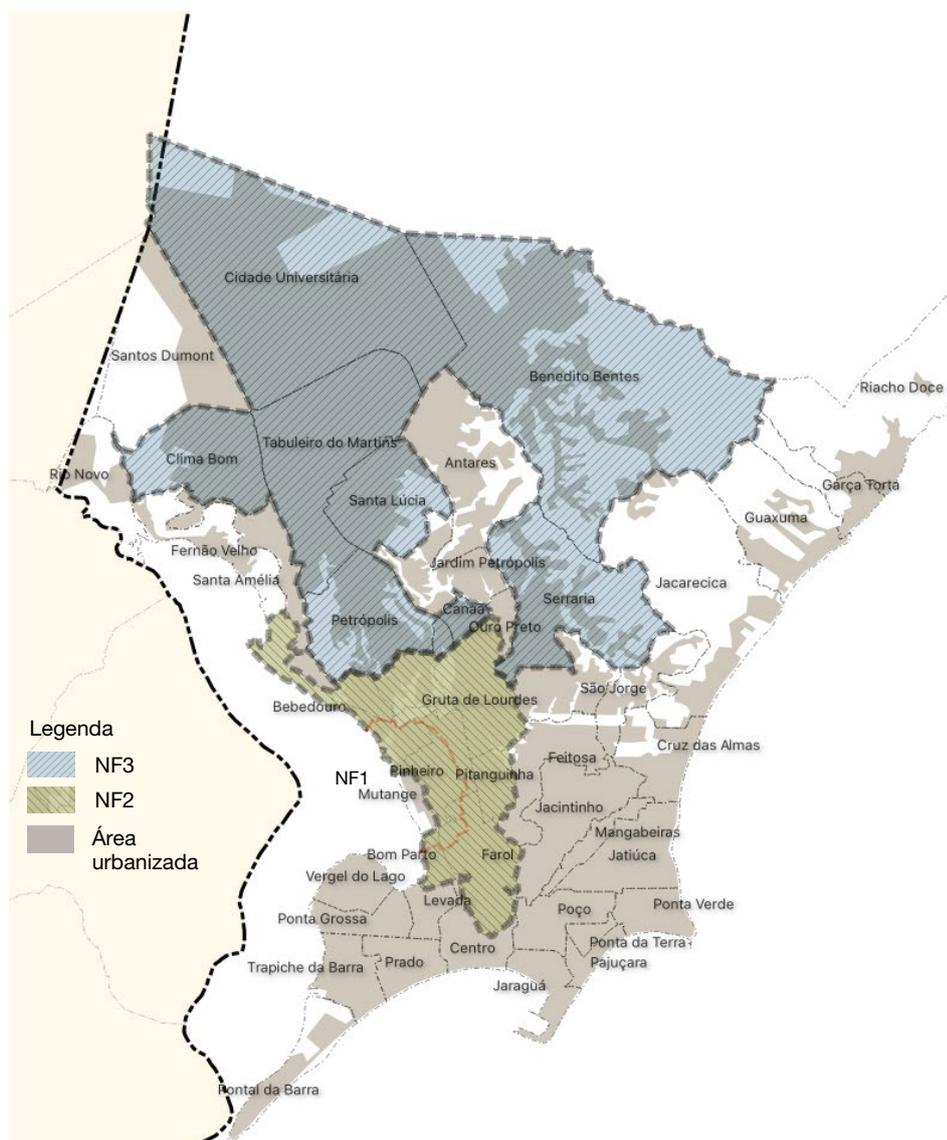
A representação dos Núcleos Focais inicial, pautada pela delimitação legal dos bairros, serviu como referência geral ao longo do Diagnóstico. Combinada com bases de dados de escala territorial mais local, como as Unidades de Desenvolvimento Humano – utilizadas para o Índice de Desenvolvimento Humano e para o Índice de Vulnerabilidade Social – ou os setores censitários do IBGE, este formato subsidiou o processamento de dados públicos dentro de suas territorializações disponíveis, bem como as comparações entre parcelas do território.

Mesmo tendo sido adotado inicialmente o limite dos Núcleos Focais conforme o perímetro do bairro, sua representação de modo geral buscou destacar as áreas urbanizadas, como pode ser visto na confrontação dos limites legais dos bairros com suas áreas efetivamente urbanizadas (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) e como já se pode ver em

diversas ilustrações do Diagnóstico. Ainda assim, a partir do diálogo estabelecido com a equipe técnica da Prefeitura Municipal de Maceió, foi incorporada a análise da gestão pública sobre esse deslocamento entre bairros, e essa concepção foi adotada para todos os elementos cartográficos produzidos, como se verá Parte II, Caderno de Mapas Temáticos.

A Figura 27 exhibe a demarcação inicial dos Núcleos Focais com base nos limites de bairros, contraposta à mancha de área efetivamente urbanizada, que retrata a ocupação real sob padrões urbanos mais típicos, com o traçado de ruas, quadras, lotes. Considerando, por exemplo, que extensas áreas da porção norte e oeste não ocupadas com edificações figuram incluídas no traçado dos bairros, adota-se como referência, a partir de agora, um marco territorial do espaço urbanizado do bairro.

Figura 27. Núcleos Focais representados por bairros e destaque da área urbanizada



Fonte: Diagonal, 2022.

No curso das discussões do Diagnóstico com a Prefeitura de Maceió, foi questionada a ausência de alguns bairros na listagem dos Núcleos Focais. Argumentos pertinentes apresentados ressaltaram que alguns bairros com perfil associado aos marcos conceituais adotados para os Núcleos Focais não estavam ali listados, apesar de integrarem área de entorno ou de possuírem indicadores de vulnerabilidade relevantes.

Com base nesse apontamento técnico e considerando todos os parâmetros adotados, houve convergência para algumas das sugestões indicadas. Sendo assim, a partir da análise conjunta com a Prefeitura de Maceió, cinco novos bairros foram acrescidos à listagem inicial de Núcleos Focais apresentadas no Diagnóstico:

- No Núcleo Focal 2 foi acrescido o bairro da Levada; e
- No Núcleo Focal 3 foram acrescidos os bairros de: Santa Amélia; Jardim Petrópolis, Jacintinho e Vergel do Lago.

Essa nova configuração não afeta as análises já consolidadas no Diagnóstico. Podem repercutir em alguma leitura mais específica dos bairros, de caráter complementar na etapa de desenvolvimento dos projetos, como suporte às definições de diretrizes, linhas de ação e projetos para as ações compensatórias, tal como previsto no Plano de Ações Sociourbanísticas. A tabela a seguir traz a lista dos bairros conforme o NF.

Tabela 4. Bairros integrantes dos Núcleos Focais, com inclusão de 5 novos territórios

Bairro	NF
Bebedouro	NF2
Bom Parto	NF2
Chã da Jaqueira	NF2
Chã de Bebedouro	NF2
Farol	NF2
Gruta	NF2
Levada	NF2
Pinheiro	NF2
Pitanguinha	NF2
Benedito Bentes	NF3
Canaã	NF3
Cidade Universitária	NF3
Clima Bom	NF3
Jacintinho	NF3
Jardim Petrópolis	NF3
Petrópolis	NF3
Santa Amélia	NF3
Santa Lúcia	NF3
Santo Amaro	NF3

3 Síntese do Diagnóstico por Eixo

Este capítulo apresenta os elementos centrais da consolidação do Diagnóstico Técnico-Participativo por eixos de análise.

Como já registrado, o Diagnóstico foi consolidado em quatro eixos de análise e de proposição de ações. Estes eixos abrangem diferentes temas e/ou políticas sociais e urbanísticas que guardam maior relação com os efeitos da realocação, seja por terem sido afetadas ou pelo fato de o investimento nelas consistir em um meio de compensar os efeitos dos deslocamentos.

A análise realizada mostra impactos distintos por grupos de população e territórios e isto é considerado também nas linhas de ação propostas, que abrangem: população realocada, população remanescente residente no entorno da área de desocupação e a população residente nas principais áreas anfitriãs.

No processo de análise com vistas à formulação de propostas de linhas de ação, o Diagnóstico iluminou territórios de forma mais focalizada, a partir de cruzamento que combina parâmetros sociourbanísticos com os dados de realocação e perfil da população realocada. Esta análise resultou no mapeamento de locais considerados “territórios estratégicos” para investimentos, seja por impactos sofridos, seja pela capacidade de abarcar um número maior de população realocada e também de promover melhorias que beneficiam porções importantes da cidade.

A seguir apresenta-se a síntese do Diagnóstico por eixo, considerando: elementos gerais de destaque de cada tema analisado, as diretrizes de investimento do Eixo; e o quadro-síntese das linhas de ações propostas, associadas aos impactos e à justificativa de priorização para investimento.

Cabe registrar que no conjunto apresentado tem-se diversas linhas de ação que já correspondem a propostas apresentadas pela gestão pública. Além disso, considera o processo de escuta realizado com a sociedade civil, desde as entrevistas em profundidade realizadas até a pesquisa quantitativa com mais de 2000 pessoas, que trouxeram visões acerca dos impactos e medidas de compensação aplicáveis. Vale destacar que esse processo de pesquisa da etapa Diagnóstico, que será ampliado nas fases de escutas públicas sobre o Diagnóstico e as medidas de compensação, foi empregado de forma a obter o maior número de contribuições e que tais propostas são aderentes aos parâmetros do PAS, ou seja, voltadas a ações de natureza coletiva, em territórios e públicos prioritários e direta ou indiretamente relacionados ao evento de subsidência e aos deslocamentos.

3.1 Eixo 1 – Políticas Sociais e Redução de Vulnerabilidades

O Eixo 1 tratou da análise das condições de acesso às políticas sociais e seus serviços, com recorte para os impactos e alterações em suas dinâmicas em decorrência da realocação. Foram abordados os seguintes temas: Saúde; Educação; Assistência Social; Segurança Urbana; e Públicos Prioritários, considerando: Primeira Infância, Juventudes e Pessoa Idosa.

Alguns dos elementos mapeados são transversais a todas as políticas destacando-se entre estes: impacto nas condições de acesso aos serviços e políticas públicas decorrente da pressão gerada pelo grande volume de população realocada simultaneamente sobre a rede de equipamentos públicos; e o impacto das rupturas de vínculos afetivos, sociais e comunitários e da sensação de pertencimento decorrentes da realocação, com desdobramentos diversos, com ênfase na saúde mental e atingindo de forma diferenciada públicos mais vulneráveis como, por exemplo, idosos, juventude e primeira infância. Para estas questões foram propostas abordagens complementares, considerando as especificidades das diferentes políticas analisadas.

Cabe registrar que o Diagnóstico tratou dos equipamentos sociais desativados no NF1, porém as ações voltadas a este tema não são objeto do PAS.

No tema Saúde, analisaram-se os níveis de cobertura e as condições de acesso, com especial atenção à Atenção Básica – AB. Concluiu-se que: i) o aumento de demanda em função do processo de realocação impacta nas condições de acesso aos serviços de saúde e pode agravar fragilidades pré-existentes na AB e parte da atenção de média complexidade; ii) esta condição demanda mais atenção no NF3, que tem índice de cobertura inferior à média da cidade e recebeu um grande volume de população dependente do SUS, demandando estratégias de readequação dos serviços de saúde da AB às necessidades locais; e iii) a saúde mental é trazida como um tema central e a rede de atenção psicossocial – RAPS, incipiente, está sendo impactada pelo aumento da demanda resultante do processo de realocação, mesmo com as alternativas de atendimento psicossocial criadas pela SMS (CAT) e pela Braskem (CAP). Além disso, considerou-se importante apoiar o município de Maceió no enfrentamento de dificuldades pré-existentes para o alcance das metas do Pacto Interfederativo relativos à saúde pública, com ações de aperfeiçoamento técnico dos profissionais e de fortalecimento institucional.

Na Educação, o estudo analisou as condições de acesso à educação e equipamentos públicos no NF2 e NF3. Identificou como questões principais: i) impacto na rede pelo aumento de demanda, em especial nos principais bairros de destino (NF3), problema mais grave em relação à Primeira Infância, cujo nível de cobertura pré-existente é de

apenas 30%; ii) impactos socioemocionais relacionados ao evento que geram fragilidades para docentes e alunos; e iii) problemas importantes pré-existentes relativos a indicadores educacionais, que afetam em especial os jovens, e que podem ser objeto de medidas de compensação, seja pelo investimento em infraestrutura (construção ou reformas), seja pelo apoio à gestão e aperfeiçoamento técnico dos profissionais da rede pública, repercutindo na política como um todo.

Em relação à Assistência Social, a análise das condições de acesso aos serviços, mostrou que: i) a grande quantidade de famílias realocadas aumenta as demandas de serviços socioassistenciais da rede SUAS, que já tinha limitações pré-existentes, diferentes conforme o território, em termos de Proteção Social Básica – PSB e Proteção Social Especial – PSE; ii) esta condição é mais acentuada nos principais bairros de destino, cuja capacidade de atendimento da rede é mais limitada e que receberam uma grande proporção de público dependente do SUAS, público este que acompanha para acesso a benefícios; e iii) também é preocupante a ampliação de demanda de públicos específicos, como as pessoas idosas e primeira infância, neste caso, em função dos déficits pré-existentes de cobertura de SCFV em Maceió, considerando CRAS e organizações socioassistenciais. Neste cenário, propõe-se investimentos em obras e infraestrutura para ampliação e melhoria de equipamentos da rede SUAS nos territórios prioritários, mas também investimentos em capacitação das equipes e dos serviços socioassistenciais.

A Segurança Urbana foi analisada considerando as condições do espaço urbano e sua relação com a percepção de segurança nos territórios impactados e os dados de segurança pública. Esta análise mostra que o processo de realocação está associado a duas alterações diretas em torno do tema segurança: i) a condição no território limítrofe do NF1 e no NF2 neste momento pós saída da população apresenta elementos de um espaço urbano não seguro, com forte impacto na percepção de segurança da população que ali vive; e ii) parte das famílias foi realocada no NF3, que abrange alguns dos bairros com os piores indicadores de violência do município, condição agravada pela presença de áreas com infraestrutura precária, reduzidas alternativas de trabalho e renda e de atividades de cultura, esporte e lazer e presença de comércio irregular, elementos estes indutores de conflito e violência. O Diagnóstico mostrou ainda desafios pré-existentes em relação à segurança no município, que podem ser objeto de medidas de compensação, pelo potencial de impactar positivamente em todo o território analisado. Assim, combinaram-se propostas de investimento no desenvolvimento de ações de segurança urbana e de políticas sociais integradas e redução de vulnerabilidade em articulação com a segurança (a exemplo do Projeto Compaz, apresentado pelo município) mas também em fortalecimento institucional dos organismos de segurança.

Os públicos prioritários foram considerados na análise das políticas relacionadas (Educação/Saúde/ Assistência/ Segurança, além do foco em economia para juventudes), conforme já abordado. Assim, considerando-se impactos potenciais do processo de realocação, as fragilidades pré-existentes no município e a possibilidade de agravamento decorrente das realocações, sugeriu-se investimentos essencialmente em melhoria de serviços destinados a estes públicos (a exemplo de creches e serviços da Rede SUAS voltados a idosos); na saúde mental; e em ações voltadas de fortalecimento de vínculos sociais e comunitários também por meio de cultura, esporte e lazer. No caso da juventude, tem-se ainda medidas voltadas ao fortalecimento do vínculo com a escola e acesso ao mercado de trabalho.

Face aos elementos mapeados e análise das medidas com capacidade de geração de maior impacto sobre os públicos e territórios abordados, o Diagnóstico do Eixo 1 foi consolidado considerando as 4 diretrizes e 16 linhas de ação apresentadas a seguir.

3.1.1 Diretrizes

- Investir na expansão e melhoria das condições de acesso, qualidade de atendimento e infraestrutura dos serviços sociais e de segurança urbana nas áreas do entorno e áreas anfitriãs, abrangendo: intervenções de qualificação de equipamentos públicos por meio de obras de implantação/ melhoria e de qualificação de sua infraestrutura e intervenções de qualificação/ apoio a programas públicos, considerando temas e públicos prioritários, de modo a mitigar impactos e melhorar a condição de atendimento para toda a população atendida.
- Investir em espaços e ações integradas de fortalecimento de vínculos sociais e ao território, de modo a melhorar condições de acesso a oportunidades de convívio, esporte, lazer e cultura nos territórios estratégicos e mitigar eventuais impactos do processo de realocação sobre vínculos afetivos, sociais e comunitários.
- Fortalecer a capacidade institucional do município para a gestão de políticas sociais e de segurança urbana, melhorando as condições de gestão de temas apontados como prioritários no PAS.

3.1.2 Linhas de ação propostas para compensação, considerando contexto e impactos mapeados

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Saúde	<p>A realocação da população no território tem gerado sobrecarga nos serviços de saúde que já eram limitados e tinham níveis de cobertura bastante heterogêneos, impactando no acesso à rede por parte da população atingida.</p> <p>Este problema é agravado por dois elementos: A alteração resultante da realocação dos 13 estabelecimentos de saúde afetados pelo evento; e</p> <p>O nível de dependência do SUS de parte da população realocada, em especial no NF3, área com índice de cobertura inferior à média da cidade.</p>	<p>Obras e ações de ampliação e/ou reforma para qualificação dos atendimentos de Unidades Básicas de Saúde (UBS) priorizadas, no NF2 e NF3, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução de obras; e ▪ Instalação de equipamentos e mobiliários. 	<p>Investir no apoio ao Município na ampliação e qualificação dos atendimentos de Saúde, de modo a mitigar a sobrecarga que a realocação da população no território está gerando à rede de Atenção Básica, que já tinha capacidade limitada e níveis de cobertura bastante heterogêneos.</p> <p>Propõem-se melhorias nas instalações das UBS de territórios estratégicos, sem interrupção dos atendimentos durante as intervenções.</p>
Saúde	<p>O evento gerou impacto na saúde mental da população, tema definido como prioridade por gestores e pela população entrevistada. Esta visão é corroborada pela literatura técnica que registra que eventos que geram deslocamentos de grandes proporções têm potencial de impactar na saúde mental das pessoas diretamente afetadas.</p> <p>Além disso, a realocação da população no território está gerando sobrecarga nos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que já era frágil (mesmo com a criação de atendimentos específicos), problema agravado pela pandemia da Covid-19, ocorrida no mesmo período.</p>	<p>Readequação, ampliação, integração e qualificação do atendimento psicossocial ofertado pelo Centro de Atendimento e Triagem (CAT/SMS) e pelo Centro de Apoio Psicossocial (CAP/Braskem), junto à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), voltado para a população afetada.</p>	<p>Investir na ampliação e qualificação do atendimento psicossocial ofertado pelo Município à população, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mitigar a sobrecarga decorrente das realocações que está agravando a situação de fragilidade pré-existente da rede, impactada também em função da pandemia de Covid-19. ▪ Melhorar o acesso aos serviços à população afetada (realocada e residente no NF2 e NF3); ▪ Integrar à RAPS os atendimentos implantados especificamente em função do evento (CAT e CAP).

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Saúde	A realocação da população no território tem gerado sobrecarga nos serviços de Saúde, impactando na condição de acesso e atendimento. Este fato impacta na condição geral do município, que já registrava dificuldades de ampliação da cobertura da Atenção Básica (AB), que inclusive sofreu redução no período entre 2016 e 2019 (de 45% em 2016 para 43% em 2019).	Desenvolvimento de Plano de Capacitação da Equipe da Atenção Básica, priorizando temas como: Programas de Atenção à Saúde Integral da gestante, da criança, do adolescente, e do idoso e o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis (2021-2030) (DCANT), em Saúde Mental e na Gestão de Risco.	Apoiar o Município na qualificação dos atendimentos de Saúde por meio da atualização técnica da equipe da Atenção Primária à Saúde – APS, com foco nas populações de maior risco e públicos prioritários, de modo a mitigar a sobrecarga que a realocação das famílias no território está gerando na rede, que já tinha capacidade limitada, contribuindo para a melhoria do atendimento. O Diagnóstico identificou questões importantes a serem abordadas em ações formativas de atualização técnica da equipe da APS que podem contribuir para melhoria da gestão e do atendimento.
Saúde	Ausência de instrumentos de gestão de risco em Saúde do Município fragiliza a gestão de um tema importante nos termos das orientações do MS e pode limitar a capacidade para lidar com eventuais impactos do processo de realocação e subsidiária na área.	Formulação/ atualização do Plano de Preparação e Resposta para Emergências em Saúde Pública (PPR), incluindo: Comitê de Emergências em Saúde e qualificação de profissionais do poder público para atuar em situações de emergências e desastres.	Apoiar o Município na implementação da gestão de risco na saúde pública nos termos das orientações do Ministério da Saúde, dotando a área de um instrumento estratégico para lidar com o aumento de emergências e desastres associados às mudanças climáticas e também com eventuais impactos do processo de realocação e subsidiária.
Educação e Primeira Infância	A realocação da população no território impacta nas condições de acesso a creche, agravando o déficit pré-existente de atendimento escolar para crianças de 0 a 3 anos, cujo nível de cobertura é de apenas 30% da população nesta faixa-etária. Esta dificuldade tem mais impacto para a população realocada em áreas com menor índice de cobertura de creches.	Implantação de creches novas no NF2 e NF3, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução de obras de construção ou reforma; e ▪ Aquisição de equipamentos e mobiliário necessários. 	Investir no aumento da oferta de creches e na ampliação da cobertura de atendimento escolar para crianças de 0 a 3 anos, de modo a: Mitigar potenciais efeitos do evento da realocação das famílias no acesso à educação infantil; Contribuir para a redução do déficit de vagas em creches de Maceió, sobretudo nas áreas com menor índice de cobertura e que receberam mais população realocada.

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Educação	A chegada de novos alunos em função do processo de realocação resulta em pressão sobre a rede escolar, que já trabalhava com condições limitadas de infraestrutura educacional. Esta condição traz o risco de impacto no interesse dos jovens pela escola e no atingimento de metas educacionais, tema importante sobretudo nos Anos Finais (AF) do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (EM), faixa que abarca as juventudes, um dos públicos prioritários para as ações de compensação social.	Instalação de infraestrutura e metodologia educacional inovadora em escolas no NF2 e NF3, abrangendo: Criação de laboratórios; Formação dos educadores; e Acompanhamento da implementação e gestão pedagógica dos espaços.	Investir na criação e ampliação de espaços e recursos de aprendizagem em escolas dos territórios prioritários do PAS, de modo a: Mitigar eventuais impactos com a chegada de mais alunos das famílias realocadas. Merecem atenção especial as escolas do NF3, as quais já trabalhavam em condições adversas. Melhorar as condições de aprendizagem e ampliar os níveis de interesse pela escola, favorecendo a reintegração criativa de estudantes com os espaços escolares; Apoiar o Município no atingimento de metas educacionais.
Educação e Juventudes	Fragilidades emocionais e laborais entre alunos e profissionais de ensino, especialmente das escolas realocadas, são relatadas como uma consequência do processo de realocação entre entrevistados da área de educação.	Ações de desenvolvimento socioemocional com foco nos estudantes e educadores das escolas realocadas, por meio do estabelecimento de parceria com organizações do terceiro setor especializadas, incluindo: Formação de professores; Formação de jovens multiplicadores; Produção e distribuição de material de apoio; e Acompanhamento dos professores.	Apoiar o Município na adoção de estratégias para promoção, prevenção, tratamento e recuperação da saúde mental nas escolas dos territórios prioritários. Trata-se de ação tecnicamente recomendada como adequada para lidar com a instabilidade emocional e laboral relatada por alunos e profissionais das escolas realocadas, e também com os efeitos das transformações vividas pela sociedade nos dois últimos anos
Educação	O município lida com desafios importantes referentes ao atingimento das metas educacionais, tema importante sobretudo nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio e que pode, eventualmente, sofrer efeitos do processo de realocação da população e das escolas afetadas, que se encontram em fase de realocação transitória ou definitiva.	Formação e assessoria a professores e gestores escolares da rede pública com foco na elevação de indicadores educacionais, abrangendo: Formação de educadores; Mentoria dos docentes e gestores; Acompanhamento dos educadores (formação em serviço); e Avaliação da implementação por organização especializada e reconhecida.	Apoiar o Município no atingimento de metas educacionais, tema importante sobretudo nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, por meio do investimento na formação de docentes e gestores, incluindo processos de acompanhamento e tutoria. Trata-se de ação estratégica de compensação social, com efeito potencial relevante sobre problemas pré-existent na educação que afetam em especial os jovens – como o alto índice de abandono escolar, a defasagem idade-série e a baixa taxa de alfabetização da população com idade de 15 anos ou mais. Tem, ainda, potencial de mitigar impactos na dinâmica das escolas beneficiadas.

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Educação	A movimentação da população no território em função da realocação impacta no acesso ao atendimento e aos serviços da Rede de Atendimento à Primeira Infância, situação agravada pela limitação pré-existente no município, e que é mais problemática nos principais bairros de destino.	Ações de aperfeiçoamento técnico que permitam a composição de equipe multidisciplinar na temática de primeira infância nas redes de educação, assistência social e saúde, por meio da oferta de: Curso de especialização; e Oficinas de integração intersetorial.	Apoiar o Município no atingimento das metas do Plano Municipal pela Primeira Infância de Maceió (PMPIM), por meio da formação de profissionais em nível de pós-graduação com foco na melhoria do atendimento à primeira infância, público definido como prioritário para ações de compensação social, face aos potenciais efeitos do deslocamento das famílias. Trata-se de medida de compensação social que, além de contribuir para o aperfeiçoamento técnico dos quadros da Prefeitura, tem potencial de gerar um legado sob a forma de melhoria da capacidade instalada na gestão municipal.
Assistência Social	A realocação das famílias está provocando um aumento da demanda por serviços da Rede Socioassistencial de Atenção Básica, que já tinha capacidade limitada, agravando dificuldades pré-existentes de acesso aos serviços nos padrões do SUAS. Este impacto é maior para o público mais vulnerável e dependente do SUAS e nos PSEs dos principais bairros anfitriões, cuja capacidade era mais limitada.	Execução de obras e ações de implantação e/ou qualificação de CRAS - equipamentos da Rede Socioassistencial de Atenção Básica, localizados em territórios prioritários do PAS.	Apoiar o Município na melhoria dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica nas áreas prioritárias segundo os estudos do PAS, investindo em obras e equipamentos para qualificação dos CRAS, de modo a mitigar o impacto gerado pela realocação da população no atendimento desses equipamentos e melhorar as condições de acesso aos serviços por parte da população. Destaca-se entre os temas trazidos pelo município a situação do CRAS Bebedouro, cujas limitações de localização foram agravadas pelas alterações decorrentes do evento.
Assistência Social	A rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade, que tinha capacidade limitada, está sendo impactada pelas novas demandas das famílias realocadas. Esta situação é especialmente importante no PSE 6, área que recebeu um contingente considerável de pessoas realocadas e onde não se identificou nenhum CREAS para públicos prioritários, o que impacta no acesso aos serviços da PAEFI.	Implantação de um novo CREAS considerando obras e equipamentos nos termos das orientações técnicas do SUAS.	Apoiar o município na ampliação da Rede Socioassistencial de Proteção Social Especial de Média Complexidade e contribuir com a melhoria no acesso aos serviços socioassistenciais, de modo a mitigar o impacto gerado pelo aumento de demandas por parte das famílias realocadas, as quais também passaram a enfrentar dificuldades de acesso a serviços, segundo relatos das equipes técnicas. Trata-se de tema reforçado pelo município em relação à região onde se insere o bairro de Santa Amélia.

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Assistência Social	A população idosa é apontada por técnicos entrevistados da Rede de Saúde e da Assistência Social como uma das mais impactadas pelo evento e pela realocação, em razão da ruptura de vínculos comunitários e sociais. Este cenário é agravado pelas limitações existentes em serviços da Rede SUAS destinados à pessoa idosa.	Atualização técnica sobre atendimento à pessoa idosa na área da Assistência Social para os trabalhadores da rede socioassistencial que desenvolvem serviços destinados a este público.	Apoiar o Município no aprimoramento dos serviços destinados à pessoa idosa, público prioritário para o PAS, de modo a mitigar impactos potenciais do processo de realocação sobre esta população, conforme relatos das equipes técnicas, e a melhorar as condições da Rede.
Segurança	O evento trouxe dois impactos diretos relacionados à Segurança Urbana: Alterou a condição do espaço urbano no território limítrofe do NF1 e no NF2 e, por consequência, a percepção de segurança da população; Parte das famílias foi realocada no NF3, que tem alguns dos bairros com os piores indicadores de violência do município. Estas condições agravam desafios pré-existent em relação à segurança no município, que tem índices de criminalidade superiores às médias nacionais.	Apoio à implantação e ao desenvolvimento em territórios vulneráveis de Maceió de programa do tipo COMPAZ, voltado à prevenção à violência, inclusão social e fortalecimento comunitário, com oferta de múltiplas alternativas de atendimento de políticas sociais, esportivas e culturais.	Apoiar o Município na implantação de equipamento estratégico voltado à redução da vulnerabilidade social e melhoria das condições de segurança urbana dos territórios a partir da oferta de políticas sociais integradas à população, promoção da cultura de paz e prevenção à violência. O Projeto COMPAZ, proposto pela Prefeitura, constitui medida de compensação social estratégica porque trabalha com ações consideradas pelos especialistas da área como adequadas para resposta aos problemas identificados nos territórios e suas causas. Conforme o território em que seja implantado constitui também medida de mitigação de impactos, já que parcela das famílias foi realocada em bairros com índices de violência superiores às áreas de origem.

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Segurança	<p>As condições de estrutura dos órgãos de segurança limitam a sua capacidade de lidar com as alterações que o processo de realocação tem causado em termos de segurança para territórios e famílias:</p> <p>No NF2, como consequência da realocação do NF1, tem-se alterações do espaço urbano e territórios mais vulneráveis a situações de desordem urbana e violência; e</p> <p>Do ponto de vista da população, tem-se uma alteração da condição de segurança para número significativo de famílias realocadas no NF3, onde se encontram alguns dos bairros mais violentos do município.</p>	<p>Doação à Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social – SMSCS/Guarda Municipal de Maceió – GMM e à Polícia Militar de viaturas e outros equipamentos de segurança urbana priorizados.</p>	<p>Fortalecer a capacidade do poder público de atuar na fiscalização, controle e repressão qualificada nos territórios mais vulneráveis, por meio da oferta de infraestrutura de apoio às ações de segurança da SMSCS/GMM e pela Polícia Militar, indispensáveis para fomentar espaços urbanos seguros. Esta proposta busca:</p> <p>Mitigar impactos para a população, tanto a que permaneceu no NF2 afetada pelas alterações no espaço urbano e na dinâmica social, quanto a que mudou para NF3, em área com piores indicadores de violência</p> <p>Melhorar o serviço ofertado a toda população, com a melhoria da condição de fiscalização.</p>
Segurança	<p>A desocupação do NF1 gerou impacto na segurança e na percepção de segurança dos residentes do NF2, que apontam a degradação das edificações entre o NF1 e NF2, que são alvo de furtos e são acessados por estranhos, o que torna este trecho inseguro.</p> <p>Para a população realocada no NF3, também se tem uma alteração na percepção de segurança, seja pela condição da infraestrutura urbana dos bairros, seja pelo fato de passarem a residir em alguns dos bairros mais violentos do município.</p>	<p>Implantação de projeto de segurança comunitária do tipo Vizinhança Solidária, baseado na parceria entre os vizinhos do bairro, a GMM-Guarda Municipal de Maceió, a Polícia Militar e vigilância patrimonial privada, incluindo a manutenção de ações de apoio a serviços de zeladoria e ações de fomento à cultura de paz e mediação de conflito.</p>	<p>Fortalecer as políticas públicas de segurança, com ações voltadas à segurança comunitária, à ampliação de espaços urbanos seguros e ao fomento de cultura de paz, em parceria com a população.</p> <p>Busca também mitigar as alterações das condições de segurança e da percepção dela por parte da população do NF2 e que são associadas ao processo de desocupação e à realocação da população, com foco especial nas áreas limítrofes com o NF1, mas também das famílias que passaram a residir no NF3, onde tem-se bairros com índices de violência mais elevados e com limitações de infraestrutura.</p>

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Segurança	O Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) não atualizado (a última de versão do PMRR data de 2007) dificulta o monitoramento e controle das áreas de risco, assim como o planejamento e investimento nas ações necessárias nestas áreas, onde reside parte da população do município e que podem, inclusive, ter recebido parcela da população realocada. Este é um tema vinculado à Segurança Urbana em Maceió.	Atualização do Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR de Maceió nos assentamentos precários e informais e áreas de riscos nas quais seja apontada a existência de riscos físico-ambientais, por meio da contratação instituição ou de empresa especializada.	Investir no fortalecimento institucional do Município, com apoio à elaboração/ atualização de instrumentos-chave de gestão do território, como o PMRR. Trata-se de medida de compensação que visa dotar a gestão pública municipal de melhores condições de lidar com a gestão de riscos e favorecer a articulação de investimentos de programas e projetos desenvolvidos pelo Município e por outros entes públicos e a sociedade nestas áreas.
Segurança	A ausência do Plano Municipal de Segurança Urbana (PMSU) dificulta a capacidade do município de lidar com problemas pré-existent importantes na área de segurança pública, como é o caso dos índices de criminalidade (MVI/ CVLI) acima da média nacional (embora a série histórica mostre uma redução dos homicídios nos últimos anos). Estes desafios são diferentes conforme a região e bairro, e diferentes para a população envolvida no processo de realocação. Alguns dos principais bairros anfitriões estão entre os maiores índices de violência da cidade.	Formulação do Plano Municipal de Segurança Urbana (PMSU) de Maceió, por meio da contratação de instituição ou empresa especializada.	Investir no fortalecimento institucional do Município, dotando-o do instrumento técnico adequado para a proposição de ações de prevenção à violência e promoção da segurança urbana e pública, um dos temas mais sensíveis para a população ouvida no processo participativo. Trata-se de importante medida de compensação social, que busca apoiar Maceió no enfrentamento dos desafios em relação ao tema, e pode resultar em mitigação de efeitos adversos quando se considera que parte das famílias e negócios foram realocados para bairros com índices de violência e vulnerabilidade mais acentuados do que nos bairros de origem.

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
<p>Esporte e Lazer, Arte e Cultura, Primeira Infância, Juventudes, Pessoa Idosa</p>	<p>Os processos de deslocamento involuntário costumam gerar a ruptura de vínculos sociais e afetivos, e os públicos mais vulneráveis e prioritários tendem a sofrer consequências mais graves pela maior dificuldade de lidar com alterações das dinâmicas sociais e econômicas. Neste caso específico tem-se o agravante dos bairros no NF1 terem sido identificados como provedores de uma vida comunitária e cultural intensa para toda a região. Este tema é reforçado por população e gestores.</p>	<p>Contratação, por meio de Editais, de organizações para execução de projetos de esporte e lazer, arte e cultura, incluindo ações nos moldes do Programa Lazer Itinerante da PMM, focados principalmente nos diferentes públicos prioritários (Primeira Infância, Juventudes e Pessoa Idosa) e executados nas praças e espaços públicos do NF2 e NF3, incluindo os espaços qualificados resultantes dos Projetos Centralidades e Praças.</p>	<p>Investir em ações de integração comunitária e intergeracional, para mitigar potenciais impactos do processo de ruptura de vínculos afetivos, sociais e comunitários gerados pela realocação, que afetam em especial os públicos prioritários, e para fomentar o pertencimento aos novos territórios.</p> <p>Propõe-se priorizar territórios considerando a necessidade de reposição de práticas culturais e esportivas que eram desenvolvidas em espaços do NF1 e a necessidade do fomento dessas mesmas práticas no NF3, onde tem-se distribuição desigual de espaços tanto em quantidade quanto em qualidade, o que pode gerar às famílias realocadas nesta região maior dificuldade de integração comunitária.</p>

3.2 Eixo 2 – Atividade Econômica, Trabalho e Renda

O Eixo 2 teve como foco a análise dos impactos do evento e dos deslocamentos sobre a dinâmica socioeconômica dos territórios estudados e suas populações. Este conteúdo foi abordado com dois recortes temáticos: atividade econômica, trabalho e renda; e atividade pesqueira.

Embora traga dados gerais da atividade econômica de Maceió, a análise feita para fins de proposição de linhas de ação coletivas tem um foco maior nos territórios do NF2 e do NF3, e no público realocado do NF1. Cabe registrar que, apesar da caracterização do NF1 em termos de perfil de atividade econômica, o tema da compensação financeira associada às atividades econômicas realocadas do NF1 não foi tratada no Diagnóstico, porque é objeto do Plano de Compensação Financeira – PCF, e não do PAS.

As características das atividades econômicas do NF2 são muito semelhantes às anteriormente existentes no NF1. Face à ausência de dados públicos para melhor caracterização das atividades existentes, as análises no NF2 focaram na avaliação das alterações da dinâmica urbana e socioeconômica em decorrência de desocupação do NF1 e nos relatos de comerciantes locais. Destacam-se entre os elementos mapeados: i) impactos potenciais nas atividades econômicas do território em decorrência da realocação, com relatos sobre queda do número de clientes, diminuição de atividade e mesmo fechamento de estabelecimentos; ii) problemas resultantes da desativação do Mercado de Bebedouro, que é objeto de relatos em relação à realocação dos feirantes (mesmo com a indenização, segundo os depoimentos, parte deles passaram a trabalhar como ambulantes de comércio irregular nas ruas do centro e bairros onde passaram a residir); iii) a população do NF2, ouvida no processo participativo, por sua vez, relata a dificuldade de acesso a tipos de comércios e serviços em função da realocação de negócios; e iv) estes elementos se somam a possíveis impactos da pandemia de Covid-19 nas atividades econômicas e nos indicadores econômicos, em períodos específicos, como o saldo de empregos formais.

O NF3, região que recebeu a maior parte das famílias realocadas, apresenta carências importantes de infraestrutura e trechos com desorganização no que diz respeito à expansão do comércio. Os empreendedores realocados relatam dificuldades relacionadas à perda da clientela e à concorrência com os negócios já instalados. Por outro lado, a população realocada registra que, em relação à região de origem, tem-se uma menor oferta de comércios e serviços e menores oportunidades de emprego. Trata-se de região com menor dinâmica econômica (NF3), embora haja uma

concentração cada vez maior de pessoas na região e uma multiplicação de empreendimentos imobiliários. Este último aspecto é indicativo da importância de se investir na dinamização destes polos regionais, com expansão no setor de serviços, comércio e indústria e geração de empregos.

Por fim, o Diagnóstico apresenta que Maceió tem importantes desafios pré-existentes, alguns que afetam públicos mais vulneráveis e definidos como prioritários no PAS, como é o caso dos jovens, cuja taxa de desocupação é de 61%, sendo proporcionalmente maior entre jovens de 18 a 24 anos (64%).

Coerente com os problemas identificados no Diagnóstico, as diretrizes e linhas de ações propostas são focadas no apoio ao empreendedorismo, à qualificação profissional e oportunidades de acesso a trabalho renda e fortalecimento da infraestrutura econômica, de forma combinada com o investimento na infraestrutura urbana, sobretudo nas centralidades de comércios e serviços do NF3 e NF2. Mesmo considerando que houve compensação financeira individual e estímulo ao reestabelecimento das atividades, as linhas de ações coletivas propostas pelo PAS abrangem também os empreendedores realocados, em especial com a sua inclusão nas atividades de fortalecimento ao empreendedorismo.

Na análise específica da atividade pesqueira, os relatos dos pescadores apontam para: diminuição na área de pesca e na renda em função do evento; redução do escoamento do pescado; e dificuldade em manter a atividade por parte dos realocados pela combinação da distância da moradia com a falta de área de suporte à atividade com segurança. O Diagnóstico identifica que o maior número de pescadores afetados pela subsidência é afiliado à Colônia Z04, que menciona cerca de 100 pescadores diretamente afetados. As linhas de ação propostas estão voltadas a mitigar os impactos identificados, mas também a fortalecer a pesca como atividade econômica, inclusive explorando a existência de organizações do terceiro setor atuantes no tema e na região.

Face aos elementos mapeados, foram propostas 4 diretrizes e 7 linhas de ação que combinam a mitigação de impactos potenciais mapeados, incluindo fomento à atividade econômica e oportunidades de inserção produtiva e social, com o enfrentamento de dificuldades pré-existentes, entendidas como medidas de compensação, conforme apresentado a seguir.

3.2.1 Diretrizes

- Fomentar oportunidades de negócios, qualificação profissional e capacitação de empreendedores atuais e novos, incluindo recorte para juventudes, para ampliar alternativas de trabalho e renda.

- Apoiar a melhoria e integração dos espaços nos mercados e feiras, e centralidades de comércios e serviços, favorecendo a dinâmica econômica local e a geração de mais oportunidades de trabalho e renda no NF2 e NF3.
- Apoiar a atividade pesqueira e os pescadores, fortalecendo atividade tradicional.
- Fortalecer a gestão pública por meio do apoio à formulação de instrumentos de suporte à gestão de políticas de desenvolvimento econômico do município.

3.2.2 Linhas de ação propostas para compensação, considerando contexto e impactos mapeados

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Atividade Econômica, trabalho e renda	O processo de realocação tem provocado alterações na dinâmica urbana e econômica das regiões afetadas, que têm potencial de impactar os negócios destas regiões e os empreendedores realocados do NF1 e os que permaneceram no NF2.	<p>Apoio ao empreendedorismo, com investimento em ações de fortalecimento das capacidades empreendedoras das atividades econômicas afetadas no NF2 e realocadas do NF1 principalmente para NF3, integrando programas da PMM, SEBRAE e SENAC e UFAL, por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecimento de rede de parceiros para desenvolvimento das ações; ▪ Disponibilização de salas de apoio ao empreendedor a partir de estruturas das entidades parceiras, com modernização destes espaços, onde necessário; ▪ Ações de capacitação para fortalecimento das capacidades empreendedoras; e ▪ Criação/adaptação/adequação e disponibilização de ferramentas tecnológicas de gestão e comunicação com clientes. 	<p>Investir em ações de fortalecimento das capacidades empreendedoras para:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar negócios realocados do NF1 (seja para NF2, seja para o NF3) e os já localizados no NF2, que relatam sofrer os efeitos em seus negócios pela realocação das atividades econômicas e dos clientes; ▪ Mitigar potenciais alterações na dinâmica urbana e econômica das regiões afetadas e na perda de renda e postos de trabalho; e ▪ Potencializar iniciativas da PMM e parceiros para apoiar os empreendedores.
Atividade Econômica, trabalho e renda	Empreendedores de negócios realocados e aqueles que permaneceram nas regiões afetadas, relatam perda de clientes e dificuldades de lidar com as alterações da dinâmica dos negócios, situação agravada pelas condições pré-existentis relativas à concessão de crédito aos MEIs e MPes em razão do alto risco, que eleva as exigências de garantias e piora as condições ofertadas: altas taxas de juros, prazos e montantes.	Ações voltadas à ampliação do acesso a crédito, a partir do aporte de recursos, desenho e oferta, em parceria com as instituições financeiras e programas de microcrédito existentes em Maceió, de produtos para o financiamento de atividades empreendedoras com montantes, prazos, taxas e garantias adequados, para que os empreendedores afetados por potenciais efeitos da alteração da dinâmica socioeconômica da região ou da realocação possam reestruturar ou recriar atividades geradoras de trabalho e renda.	<p>Facilitar o acesso a crédito como instrumento de apoio aos empreendedores de modo a:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mitigar potenciais efeitos da alteração da dinâmica socioeconômica da região; ▪ Reduzir dificuldade pré-existente na concessão de crédito aos MEIs e MPes; ▪ Estimular sua participação nos processos de capacitação, já que se propõe associar a concessão de crédito à participação nas diversas ações de capacitação e fortalecimento das capacidades empreendedoras propostas no Eixo2; e ▪ Fortalecer ações que a PMM vem desenvolvendo com este objetivo.

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Atividade Econômica, trabalho e renda	A alteração da dinâmica econômica da região afetada e a realocação de parte da população para regiões mais distantes e com menores oportunidades podem impactar no acesso a trabalho e renda e este efeito tende a ser mais intenso para parcelas mais vulneráveis da população, como a juventude, podendo agravar indicadores de vulnerabilidade pré-existentes preocupantes, como a elevada taxa de desocupação entre os jovens em Maceió - de 61%, que é proporcionalmente maior entre jovens de 18 a 24 anos (64%).	Ações de qualificação profissional e empregabilidade para inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos, abrangendo o investimento em: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação profissional de trabalhadores; ▪ Desenvolvimento de plataforma de apoio a intermediação de mão-de-obra (IMO) e encaminhamento ao mercado de trabalho; e ▪ Ações de empregabilidade voltada ao público jovem, com foco na nova economia. 	Apoiar o município no desenvolvimento de ações voltadas à empregabilidade, incluindo o recorte para as juventudes, como estratégia para: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mitigar impactos da realocação em relação ao tema; ▪ Contribuir na redução de vulnerabilidades pré-existentes, considerando que o desemprego em AL é um dos mais altos do Brasil; e ▪ Apoiar medidas de enfrentamento do desemprego entre os jovens, cuja taxa de desocupação em Maceió.
Atividade Econômica, trabalho e renda	Nas regiões estudadas verificou-se a presença de catadores de materiais recicláveis, trabalhando com condições limitadas. O apoio a este grupo pode compensar potenciais impactos no acesso a trabalho e renda resultantes da alteração da dinâmica econômica da região afetada e a realocação de parte da população para regiões mais distantes e com menores oportunidades de trabalho e renda.	Ações combinadas de apoio e fomento para fortalecimento das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, abrangendo: Modernização dos locais de trabalho das cooperativas e seus equipamentos; Formação e capacitação dos cooperados, para agregação de valor aos resíduos gerados; Ações de educação ambiental destinadas às comunidades do entorno.	Investir em ações para gerar alternativas de trabalho e renda, de modo a: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mitigar potenciais efeitos da realocação em relação ao tema, por meio do apoio a segmento ativo na região, que são os catadores de materiais recicláveis, de forma coordenada com a implantação de Ecopontos (Eixo 3). ▪ Investir na melhoria das condições urbanas dos territórios de ação, por meio do fomento à destinação adequada dos resíduos recicláveis, reduzindo o seu descarte irregular em ruas, praças, terrenos vazios e no leito de córregos, ação que se insere no contexto das medidas de compensação.

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Atividade Econômica, trabalho e renda	A realocação de atividades econômicas do NF1 e o fechamento do Mercado de Bebedouro estão gerando alterações na dinâmica urbana que podem ter contribuído para o aumento da presença do comércio informal nas calçadas e canteiros centrais, com impacto na segurança e na percepção dela pela população; e por outro lado, impactaram no acesso da população a estas atividades, seja pela saída de negócios do NF1, seja pela realocação de parte das famílias em áreas com menor infraestrutura e menores oportunidades de trabalho.	<p>Apoio a mercados, centros populares de compras e feiras com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Obras e ações de implantação, adequação, reformas e modernização de mercados e centros populares de compras; ▪ Qualificação de feiras (fixas e itinerantes) e centros populares de compras (novos ou já implantados); ▪ Ações de capacitação e apoio ao empreendedorismo do segmento e à gestão dos mercados e feiras; ▪ Assessoria técnica para o planejamento e implementação do projeto, incluindo apoio na análise da cadeia de comércios e serviços oferecidos visando identificar elos faltantes e redundantes. 	<p>Investir na infraestrutura da economia popular de Maceió, como estratégia de fortalecimento da economia local e de polos econômicos regionais, de modo a:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mitigar os efeitos da subsidência e do deslocamento das pessoas em relação ao tema com foco nos empreendedores; ▪ Melhorar as condições de acesso a comércios e serviços para famílias realocadas em áreas com menor infraestrutura e aquelas que permaneceram residindo no NF2 e estão sendo impactadas pela realocação de comércios e serviços; e ▪ Fortalecer a dinâmica econômica de diferentes centralidades, favorecendo a ampliação de alternativas de trabalho de renda à população. ▪ Trata-se de linha de ação sugerida pela Prefeitura Municipal de Maceió.
Atividade Pesqueira	<p>O evento de subsidência e a realocação tem impactado a atividade pesqueira desenvolvida na região. Os pescadores e suas lideranças destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ a diminuição na área de pesca; ▪ a redução no escoamento da produção; e ▪ a dificuldade de manutenção da atividade por parte dos realocados, em função da dinâmica entre atividade e território. 	<p>Ações de fortalecimento da atividade pesqueira na região impactada, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assessoria técnica para estruturação e organização das atividades econômicas da comunidade pesqueira, inclusive a partir do Centro de Apoio aos Pescadores que será construído por meio do Acordo do Flexal⁷; ▪ Capacitação técnica e profissional para pescadores, pescadoras e suas famílias, na cadeia produtiva da pesca e/ou em outras atividades econômicas; ▪ Parceria com organizações do terceiro setor que desenvolvem atualmente ações socioambientais com os pescadores e pescadoras da lagoa Mundaú voltadas à ampliação e diversificação da atividade da pesca. 	<p>Investir em ações para fortalecer a atividade pesqueira e apoiar pescadores e marisqueiras da região para o desenvolvimento de suas atividades, de modo a:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mitigar potenciais efeitos do evento de subsidência e da realocação das famílias na dinâmica de vida e no trabalho da comunidade pesqueira; ▪ Melhorar as condições de desenvolvimento e qualificar estas atividades, a partir de parcerias; e ▪ Fortalecer a pesca artesanal como patrimônio cultural e social da cidade.

⁷ Cabe registrar que a construção de um Centro de Apoio aos Pescadores, linha de ação proposta no Diagnóstico entregue à Prefeitura, foi excluída deste documento, considerando a sua inserção no Acordo do Flexal.

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Atividade Econômica, trabalho e renda	Em entrevistas com órgãos do poder público e com os atores privados e da sociedade civil, identificou-se que os dados relativos à geração de trabalho e renda estão dispersos, não são transformados em informações para a tomada de decisão, e não há ferramentas tecnológicas de acompanhamento de projetos e políticas. Isto impacta na ação global do município, mas também na sua condição de lidar com eventuais efeitos do evento de subsidiência e da realocação.	Ações de apoio ao Município no desenvolvimento de instrumentos de suporte ao planejamento e implementação de políticas públicas de desenvolvimento econômico abrangendo: Instrumentos de apoio à implementação de políticas de desenvolvimento econômico, trabalho e renda, por meio de assessoria especializada; Criação de plataforma de apoio às políticas e ações de desenvolvimento econômico em parceria com SEBRAE, SENAC, UFAL, entre outros, integrada às bases de dados sobre as atividades econômicas de MEIs, Pequena e Médias empresas disponíveis na PMM (SEMEC e SEMTABES), de modo a gerar dados sobre a evolução da atividade econômica e a efetividade das ações para melhoria no nível de atividade econômica e competitividade das empresas.	Fortalecer a capacidade institucional do Município no desenvolvimento de políticas de desenvolvimento econômico, priorizando o tema economia, trabalho e renda, por meio do financiamento de instrumentos de suporte. Esta ação se insere no contexto das medidas de compensação por trazer contribuições importantes para o desenvolvimento de políticas públicas da prefeitura e de acompanhamento de ações articuladas com atores como SEBRAE, SENAC, SENAI, BNB, e as ações conduzidas também por atores da sociedade civil.

3.3 Eixo 3 – Qualificação Urbana e Ambiental

O Eixo 3 tratou das alterações e impactos nas dinâmicas urbanas e condições ambientais provocadas em decorrência da desocupação da área afetada e da realocação de famílias e negócios para outras regiões da cidade. Foram abordados os seguintes temas: planejamento urbano, habitação e dinâmica imobiliária; meio ambiente; saneamento; espaços públicos e desenho urbano; e centralidades e mobilidade urbana.

No que diz respeito ao tema planejamento urbano, habitação e dinâmica imobiliária, o estudo menciona relatos de evasão de investimentos imobiliários no NF2, que apresenta elevado potencial imobiliário pelas normas urbanísticas vigentes.

Depoimentos também destacam uma sensação de incerteza perante o evento, o que teria provocado perdas para a população realocada, face às vantagens locacionais e condições de acesso à infraestrutura existentes no NF1, onde residiam anteriormente.

Observa-se que há maior fragilidade nos serviços de saneamento, na infraestrutura viária e há maior carência de espaços livres públicos nos principais bairros de destino das famílias realocadas (NF3), mais periféricos, e de menor valor imobiliário. Por outro lado, há evidências de considerável proporção de moradores que residiam em aglomerados subnormais (Mutange/ Bom Parto/ Bebedouro) que se mudaram para áreas formais. É importante destacar, ainda, que existe uma desatualização dos parâmetros urbanísticos estabelecidos pelo marco legal municipal de planejamento urbano-territorial, como o Plano Diretor e o Código de Urbanismo e Edificações, que devem ser revisados também considerando o novo contexto pós-evento geológico.

Quanto à dimensão ambiental urbana, analisaram-se situações consideradas como fragilidades ambientais naturalmente sensíveis, acrescidas de fragilidades ambientais incorporadas - entendidas como aquelas derivadas principalmente do processo de urbanização da cidade de Maceió ao longo do tempo. Nesse sentido, o incremento de população nos bairros mais periféricos - em especial na região dos tabuleiros - ocasionado pela desocupação do NF1 pode agravar fragilidades ambientais incorporadas já observadas nesses territórios.

Também são apontados aspectos como uso e ocupação do solo desordenados, ocupação de áreas ambientalmente sensíveis (risco) e a tendência ao crescimento da impermeabilização do solo, que pode comprometer os aquíferos e aumentar os volumes da drenagem superficial. Foram analisadas as fragilidades nos sistemas de drenagem, indicados no plano de saneamento, e os potenciais riscos para os corpos

hídricos superficiais, que podem também alterar a qualidade das águas na Lagoa Mundaú, além de resultarem em alagamentos situados em diferentes partes da cidade. O Diagnóstico aponta, ainda nesse campo, para a diminuição de porções significativas de vegetação ao longo do processo de ocupação do município, resultando em poucos “ilhas verdes” na área urbana, inclusive com baixa proteção às cabeceiras dos principais recursos hídricos. O estudo faz recomendações de investimento associadas às intervenções urbanas e em resposta a tais fragilidades.

Em relação ao saneamento, são discutidas fragilidades pré-existentes relativas aos sistemas de águas e esgotos, porém considera-se que, em linhas gerais, o fenômeno não causou interferências estruturais nesses sistemas. É fato que algumas adutoras que tiveram que ser remanejadas e um reservatório, que abastecia o NF1, foi isolado e desativado pela diminuição da demanda. No campo da drenagem, nenhum canal foi interceptado ou mesmo desviado por conta do fenômeno geológico. Considerando os resíduos sólidos, em que pese o município atenda a população com coleta e disposição final ambientalmente adequadas, é possível avançar na coleta e tratamento dos materiais recicláveis, inclusive com integração social com os movimentos de catadores de material, visando diminuir também os pontos de descarte irregular de lixo ao longo de avenidas, ruas, córregos, rios e até mesmo no sistema lagunar.

Quanto aos espaços públicos e desenho urbano, o Diagnóstico analisou as questões pré-existentes que repercutem nas condições de realocação e inserção da população em seus novos bairros de destino. O estudo identificou uma má distribuição territorial na oferta dos espaços livres públicos no contexto urbano da cidade como um todo e a insuficiência das medidas de manutenção desses espaços, em especial no NF3, além da presença de espaços livres públicos ociosos – sem definição de a ocupação e uso. Também foi possível identificar a falta de acessibilidade universal nos espaços públicos, escassez de arborização e subdimensionamento das calçadas no seu entorno de forma geral, o que se traduz em dificuldade de acesso qualificado ao pedestre a estes espaços. Desta análise deriva a diretriz de investimento em qualificação de espaços públicos existentes ou gerados a partir da análise de territórios estratégicos e diálogo com a gestão pública.

Em relação a centralidades e mobilidade urbana, o Diagnóstico se deteve nas questões não concernentes aos estudos desenvolvidos pela frente responsável pelo tratamento do tema mobilidade no Acordo. Pela frente respon

No Diagnóstico foram analisados, primordialmente, os impactos decorrentes da mudança de origem da população realocada na oferta de infraestrutura para a mobilidade ativa nos principais eixos de transporte coletivo, no próprio serviço de

transporte, e nas centralidades dos principais bairros receptores. As condições de mobilidade se mostram insatisfatórias no NF2 e NF3, evidenciando fragilidades como a dificuldade de conexão entre os principais corredores de transporte coletivo da cidade (ex: eixos radiais da Av. Fernandes Lima e da Av. Menino Marcelo), fator intrinsecamente relacionado à geomorfologia, ocasionando deficiências na gestão dos transportes e congestionamentos. O estudo contribuiu para a proposta de 5 diretrizes e 8 linhas de ação de qualificação de urbana e ambiental.

3.3.1 Diretrizes

- Promover a reabilitação urbana e a valorização do entorno do NF1, garantindo segurança urbana e espaços verdes e estimulando a diversificação de atividades urbanas, reduzindo a condição negativa de proximidade com uma zona de risco e superando a imagem de degradação.
- Investir na implantação e/ou qualificação de espaços livres de convívio e lazer em territórios estratégicos do NF2 e NF3, priorizando locais com maior densidade populacional e vulnerabilidade social, com carência de infraestrutura e equipamentos urbanos.
- Fortalecer as centralidades do NF2 e do NF3, estimulando a diversificação de atividades e oportunidades de trabalho e geração de renda, qualificando as vias com acessibilidade e mobiliário urbano e promovendo a redução de deslocamentos motorizados, com prioridade para o transporte ativo.
- Requalificar áreas ambientalmente frágeis com arborização, proteção de grotas e riachos, microdrenagem e coleta de resíduos sólidos, promovendo ações educativas, convívio social e participação da comunidade.
- Fortalecer a capacidade institucional do Município para a gestão de políticas urbanas e de habitação, melhorando as condições de gestão de temas apontados como prioritários no PAS.

3.3.2 Linhas de ação propostas para compensação, considerando contexto e impacto mapeados

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Espaços Públicos e Desenho Urbano	No NF2 os efeitos da desocupação do NF1 são mais evidentes, além dos efeitos da realocação das famílias. As visitas de campo e os relatos de entrevistados alertaram para sinais agravamento da sensação de segurança por conta da degradação de áreas limítrofes do NF1, ressaltando a necessidade de oferta de espaços qualificados de convivência.	<p>Implantação de melhorias urbanas para a criação de espaços públicos de convivência, de pequena escala, no Bom Parto e na Vila Saem, contemplando as seguintes intervenções urbanísticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Requalificação do campo de futebol/ praça de cada localidade; ▪ Nivelamento de piso e implantação de mobiliário urbano, com iluminação e drenagem; ▪ Implantação de áreas de amenização urbana e recantos de convivência; ▪ Arborização das vias públicas. 	<p>Promover a reabilitação urbana e a valorização dos espaços públicos do entorno do NF1, com foco em porções mais carentes dos bairros vizinhos. Abrange trechos do Bom Parto e da Vila Saem, no Pinheiro, regiões que possuem alta densidade demográfica, indicadores de vulnerabilidade social e baixa disponibilidade e qualidade de espaços de convivência.</p> <p>As propostas de melhorias oferecem qualificação dos espaços públicos, que cumprem um papel de espaço de extensão da moradia.</p>
Espaços Públicos e Desenho Urbano	<p>A realocação das famílias repercute em novas demandas de oferta de infraestrutura e serviços urbanos, especialmente no NF3.</p> <p>Destacam-se as áreas mais densas, com condições mais críticas de vulnerabilidade social e de violência, e áreas com menor oferta de infraestrutura e de acesso a equipamentos urbanos. Tais condições reforçam a necessidade de ampliar a oferta de espaços públicos qualificados e seguros.</p> <p>Trata-se de uma linha de ação sugerida pela Prefeitura Municipal de Maceió.</p>	<p>Requalificação e criação de praças e áreas ajardinadas em territórios onde existe maior densidade de famílias realocadas e menor oferta de espaços públicos de lazer, contemplação e prática de esportes, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforma e reabilitação integral de praças, com implantação de equipamentos, mobiliário, iluminação e paisagismo com arborização; ▪ Implantação de novas praças, com os mesmos padrões do item anterior; ▪ Melhoramento das condições de acessibilidade e de arborização em vias do entorno das praças selecionadas; ▪ Intervenções pontuais em espaços públicos existentes, com áreas dedicadas a públicos prioritários. 	<p>Investir na oferta de espaços livres públicos de qualidade, destinados a lazer, contemplação e prática esportiva em toda Maceió, mas com destaque para os bairros integrantes do NF3. São propostas ações de transformação da ambiência urbana local através da criação de espaços de sociabilidade e permanência, fomentando o sentimento de pertencimento comunitário, com a oferta de equipamentos de lazer e convívio social acessíveis e eficientes.</p> <p>Propõem-se melhorias que podem proporcionar a ampliação de espaços urbanos seguros para as localidades, e a oferta de equipamentos capazes de atrair moradores do entorno. Desse modo, promove-se a prática do lazer e do convívio social e se ampliam as condições de acessibilidade universal, com estímulo à prática de atividades ao ar livre para todas as idades, com ênfase na mobilização de idosos e crianças na primeira infância.</p>

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Qualificação Urbana	A realocação de grande proporção da população originária do NF1 para áreas com menor oferta de infraestrutura, de serviços e de equipamentos urbanos dificulta a integração social e inibe sentimento de pertencimento da população realocada às áreas anfitriãs.	Reforma e ampliação da Vila Olímpica, equipamento público desativado, requalificando seus espaços internos e externos para atividades poliesportivas e de convívio social, com implantação de instalações e equipamentos desportivos (pista de atletismo, quadras poliesportivas, quadras de areia, pista de cooper, entre outros), paisagismo, qualificação dos acessos e estacionamento, abrangendo também a requalificação do espaço público em frente ao equipamento até o terminal de ônibus Village Campestre II, criando uma praça linear, com acessibilidade, iluminação e mobiliário urbano.	Fortalecer as propostas de reabilitação e valorização urbana do NF3, alcançando a população (realocada ou não) dos bairros da região, uma vez que se configura como equipamento de grande abrangência territorial, com especialização dos equipamentos esportivos. O projeto resgata um dos principais espaços de convivência daquela localidade, mantendo conexão direta com uma das centralidades propostas para requalificação (Projeto Centralidades). Propõem-se melhorias para recuperar a Vila Olímpica Lauthenay Perdigão, equipamento degradado, servindo como equipamento de múltiplo uso, em perspectiva intergeracional, com espaços de convívio, fruição, integração social e cultural no NF3. Trata-se de uma linha de ação sugerida pela Prefeitura Municipal de Maceió (Secretaria dos Esportes).
Centralidades e Mobilidade Urbana	O processo de realocação está provocando alterações na dinâmica do município, em especial do NF3, território mais periférico e que acolhe número significativo de famílias realocadas. Pode ocorrer, assim, o agravamento de problemas pré-existentes como a falta de acessibilidade universal nos espaços públicos, a tímida presença de redes ou rotas para o transporte ativo, o subdimensionamento das calçadas nas vias, entre outros. Estes desafios dificultam o acesso e a conexão entre centralidades, que são relevantes enquanto áreas de convergência.	Qualificação da malha viária de centros de bairros no NF2 e NF3, privilegiando o pedestre, para consolidar rotas que interliguem os centros locais a equipamentos urbanos, praças e terminais de ônibus, por meio de: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação de calçadas acessíveis e arborizadas, pavimentação e ciclovias; ▪ Instalação de novos abrigos de ônibus e mobiliário urbano; ▪ Instalação de sinalização viária (placas toponímicas); ▪ Intervenções para redução de velocidade dos automóveis, como apoio à promoção do tráfego calmo; ▪ Qualificação do entorno das feiras e/ou mercados locais e de pequenos espaços de convivência - áreas de convergência da população. 	Mitigar efeitos da realocação de um número elevado de famílias para áreas periféricas de Maceió, com a qualificação e reorientação da infraestrutura de mobilidade e acessibilidade nas centralidades desses bairros, entendidas como espaços de convergência de pessoas em busca de comércio, serviços, lazer e onde ocorrem trocas intermodais nos transportes públicos, potencializando sua vitalidade urbana. Propõe-se melhorias no desenho urbano e na segurança do trânsito, com priorização do pedestre e implantação de mobiliário urbano e padrões de acessibilidade adequados. As intervenções adotam um modelo de Desenvolvimento Orientado ao Transporte (DOT) que promove a redução dos deslocamentos das pessoas. Promoverão o estímulo à economia local, o fortalecimento da conexão entre as

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
			centralidades, um espaço propício para atender as demandas cotidianas com mobilidade ativa (deslocamento a pé, bicicleta e outros modos não motorizados) e promoverão melhorias nos espaços públicos de convivência.
Meio Ambiente	A intensificação da ocupação urbana dos tabuleiros tende a agravar fragilidades ambientais identificadas no Diagnóstico ambiental. Pôde-se identificar uma condição crítica pré-existente na oferta de áreas verdes e na escassez de arborização nas vias públicas, em grande parte dos bairros, sobretudo no NF3, território que recebe maior número de famílias realocadas originárias do NF1, área que contava com maiores vantagens locacionais.	Ação ampliada de plantio de arborização urbana a ser executada ao longo das vias públicas no NF2 e NF3. Serão plantadas milhares de mudas em quilômetros de vias, com formação de canteiros enriquecidos com espécies herbáceas e arbustivas e ações de educação ambiental.	Transformar uma área extensiva com arborização urbana nas vias públicas de Maceió. Somado à implementação de outros projetos de requalificação urbana, o projeto deverá contribuir muito para a melhoria da qualidade ambiental, paisagística e das condições de vida das populações residentes no entorno dos locais de intervenção. Propõe-se melhorias que proporcionarão à população o benefício da amenização climática local, impacto especialmente relevante no contexto de Maceió, além da contribuição para a manutenção da biodiversidade local, da promoção de conforto visual e beleza cênica e da conscientização da comunidade local com atividades de educação ambiental.
Saneamento	O município lida com desafios pré-existent em busca da consolidação de uma política de reciclagem e promoção do conceito de economia circular. Foi identificada uma baixa cobertura de serviços na coleta seletiva, e uma frágil adesão da população em iniciativas de conscientização e descarte correto de resíduos.	Ação de apoio à política de resíduos sólidos, por meio da construção de Ecopontos, com definição de novo layout e compra de equipamentos para o adequado processamento dos resíduos recicláveis, em locais a serem definidos em conjunto com o Município de Maceió.	Oferecer infraestrutura que favoreça a sensibilização da população no sentido de ter alternativas de um lugar para descartar resíduos recicláveis. Sejam resíduos secos de pequeno porte, resíduos de pequenas reformas e outros resíduos volumosos, como colchão, sofás etc., materiais que, por falta de alternativa, costumam ser descartados na cidade, em terrenos baldios, praças, córregos e canais de drenagem.

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Meio Ambiente	A realocação de milhares de famílias pode agravar as fragilidades das áreas de cabeceiras que estão ainda sujeitas a à pressão da ocupação urbana. A isso se soma a carência existente de espaços de convivência dotados de cobertura vegetal, em grande parte dos bairros localizados nos tabuleiros.	Implantação de projeto de recuperação matas ciliares e implantação de trilhas ecológicas, como espaço de lazer e suporte para atividades de educação ambiental para as comunidades do entorno de Áreas de Preservação Permanente (APP) nas cabeceiras dos riachos que cruzam o município.	<p>Apoiar o Município na proteção de áreas ainda parcialmente conservadas nas cabeceiras do Riacho Reginaldo e do Riacho Doce. A manutenção da cobertura vegetal das Áreas de Preservação Permanente, em cabeceiras de drenagem, exerce funções ambientais relevantes quanto à recarga de aquíferos, à proteção de erosão e à mitigação de riscos de deslizamentos de terra e de enchentes, assim, como à proteção do próprio corpo hídrico.</p> <p>Busca-se consagrar uma solução que contribua para a recuperação de funções naturalmente exercidas pela vegetação existente em áreas de vales e encostas e, ao mesmo tempo, viabilizar oportunidades de lazer, de contemplação, e de educação ambiental à comunidade.</p>
Planejamento Urbano, Habitação e Dinâmica Imobiliária	A falta de projetos de regularização fundiária e de atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) pode agravar os potenciais efeitos da realocação de milhares de famílias na cidade. Os instrumentos favorecem o monitoramento da situação urbana para apoiar a melhoria das condições de moradia e de acesso à terra. A realocação tem potencial para promover alterações na dinâmica urbano-habitacional do NF3, território com grande concentração de aglomerados subnormais e déficits pré-existentes em relação a infraestrutura e serviços urbanos.	Atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) do município de Maceió e formulação do Programa de Regularização Fundiária, consolidando um importante instrumental para a melhoria das condições de habitação e de acesso ao solo urbano, por meio da contratação de instituição ou empresa especializada para prestação dos serviços de assessoria e consultoria necessários.	<p>Apoiar o Município no fortalecimento das ações voltadas à promoção do acesso à moradia adequada para a sua população. Aborda, em especial, a população de mais baixa renda residente em territórios mais vulneráveis e visa dotar o município de instrumentos que permitam compreender e lidar com potenciais alterações da dinâmica urbano-habitacional decorrentes do processo de realocação de famílias.</p> <p>Trata-se da implantação de dois instrumentos estratégicos de planejamento e efetivação de iniciativas municipais necessárias ao enfrentamento das necessidades habitacionais de Maceió.</p>

3.4 Eixo 4 – Preservação da Cultura e Memória

Quanto ao Eixo 4, o Diagnóstico analisou as condições de produção e reprodução da cultura e os aspectos identitários locais, trazendo à luz as fragilidades decorrentes da desocupação. A condição de desocupação e realocação da população tem gerado ruptura de vínculos comunitários, de relações interpessoais e provocado efeitos sobre as redes colaborativas (apoio de comerciantes e moradores locais aos grupos culturais, por exemplo). Observam-se evidências de perdas da memória local e de aspectos identitários (histórias familiares, modos de vida e relações com o território), assim como se observou a ausência de políticas específicas, pós-evento, para os grupos e manifestações originais do território.

Do ponto de vista da identidade, a realocação foi associada, nos depoimentos, à sensação de luto ou desenraizamento. Observam-se perdas simbólicas nos bairros afetados, que possuem cultura artística própria, e no patrimônio material relativo à arquitetura moderna, além da perda da apreensão da paisagem da Lagoa Mundaú. São diversos os impactos sobre a cultura lagunar e sobre as manifestações culturais locais, pela dispersão dos artistas e participantes dos festejos, além dos riscos à integridade física de edifícios de valor histórico, arquitetônico ou cultural mais amplo que estão inseridos na área de desocupação.

Dessa análise também foram elaboradas diretrizes voltadas à valorização da história, das pessoas, e das tradições culturais. Atividades e intervenções foram apontadas para o resgate da orla lagunar como uma polaridade socioterritorial, o fomento direto a grupos culturais, a realização de inventários e ações de acolhimento da população realocada e fortalecimento de vínculos comunitários.

3.4.1 Diretrizes

- Apoiar técnica e financeiramente o fortalecimento das manifestações culturais originais do território, por meio do fomento aos grupos, mestres e mestras dos bairros afetados, incluindo medidas imediatas para sua sobrevivência;
- Investir em ações relacionadas ao registro, preservação e salvaguarda da memória, das referências e do patrimônio cultural material e imaterial do território afetado.

3.4.2 Linhas de ação propostas para compensação, considerando contexto e impactos mapeados

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Patrimônio e Cultura	A dispersão da população por conta do evento dificulta a conservação de práticas culturais associadas e das redes de colaboração e apoio, além de dificultar dinâmicas socioeconômicas e desenvolvimento ligadas a esse segmento. Especialmente, levando em conta o fato do NF1 ser um território que desfrutava de uma vida cultural significativa na memória coletiva do município e do estado.	Elaboração de edital de fomento de apoio a cultura, com promoção por agente público, visando a contratação de artistas e grupos culturais de Maceió, com preferência para aqueles afetados pela desocupação dos bairros atingidos pelo fenômeno de subsidência, para compor programação de apresentações e festejos em espaços públicos, oficinas culturais em escolas públicas e produção de conteúdo cultural diverso que represente o patrimônio cultural do município.	Justifica-se pela importância de apoiar os grupos culturais e artistas em seu processo de reestabelecimento de vínculos afetivos e sociais, das redes de colaboração e apoio e das relações interpessoais interrompidos em decorrência da dispersão da população no território. O deslocamento das práticas culturais demanda uma ação mais consistente de promoção e apoio, para que a mudança espacial não acarrete riscos à continuidade dessas festividades e das práticas culturais associadas.
Patrimônio e Cultura		Elaboração de edital de fomento de apoio a cultura, com promoção por agente privado ou do terceiro setor, visando a contratação de artistas e grupos afetados pela desocupação dos bairros atingidos pelo fenômeno de subsidência, com preferência para aqueles com perfil de atuação em cultura e patrimônio, para compor programação de apresentações e festejos em espaços públicos, oficinas culturais em escolas públicas, produção de conteúdo cultural e curso de formação para agentes e grupos culturais.	Propõe-se ações de fomento e apoio às atividades e produções culturais dos grupos e artistas de Maceió, com preferência para aqueles afetados pela desocupação dos bairros. Contemplam a realização de apresentações e festejos em espaços públicos, de oficinas culturais em escolas públicas, assim como a produção de conteúdo cultural diverso. O objetivo é fortalecer o patrimônio cultural de Maceió, apoiando também a reprodução e a continuidade das atividades culturais dos grupos e artistas afetados em seus novos territórios. Trata-se de uma linha de ação sugerida pela Prefeitura Municipal de Maceió.

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Patrimônio e Cultura	<p>Durante o Diagnóstico, entrevistados citaram a escassez de equipamentos de cultura, esporte e lazer como efeito da realocação, fator agravado por conta da interdição de locais importantes no apoio às manifestações culturais locais no NF1, como praças públicas, escolas e CRAS, usados tanto para ensaios quanto para a realização de eventos.</p>	<p>Implantação de equipamento de uso público com finalidade cultural - Espaço Cultural -destinado à preservação da memória, da história e da identidade da população e do território dos bairros afetados, com espaços voltados a produção, reprodução e desenvolvimento da cultura maceioense, podendo ser estabelecido em uma nova construção ou em reforma de um imóvel existente, localizado preferencialmente no NF2.</p>	<p>Ofertar um lugar tecnicamente adequado para a guarda, conservação e extroversão do acervo a ser constituído pelas ações de pesquisa e documentação junto à população local, assim como ofertar um novo espaço de produção e reprodução da cultura popular cotidiana. Busca-se superar a carência identificada de equipamentos públicos diretamente ligados à cultura na região, uma vez que muitas atividades eram realizadas, anteriormente, em escolas e no CRAS.</p> <p>Propõe-se a construção de um espaço cultural concebido com o intuito de expor as pesquisas e materiais coletados nos Projetos Memória e Inventário do Patrimônio Cultural, de forma a preservar a memória do território e da população que antes habitava a área afetada, com áreas e espaços destinados a produção e celebração de manifestações culturais. Além disso, propõe-se que seja um equipamento público capaz de promover novas oportunidades para fortalecimento de laços familiares e de vizinhança, permitindo que as dinâmicas culturais locais, dispondo de mão-de-obra capacitada e apoio financeiro, possam constituir uma rede de economia criativa.</p>
Patrimônio e Cultura	<p>O evento não simbolizou apenas a destituição de um território no NF1, mas o esvaziamento de um lugar culturalmente simbólico para o município. A ruptura de laços de vizinhança e a realocação de parte significativa das famílias para o NF3, território que não conta com as mesmas vantagens locacionais, além de lidar com um déficit pré-existente em relação a distribuição de espaços públicos que poderiam servir para práticas culturais, pode dar origem a um possível apagamento da memória local.</p>	<p>Elaboração de edital para contratação de pesquisas e criações com caráter artístico, etnográfico e/ou histórico, visando captar a cultura e a identidade do território e das comunidades que viviam na área afetada, como: celebrações e modos de viver; marcos simbólicos; referenciais paisagísticos; histórias de vida; objetos e manifestações do luto; entre outros temas relacionados à memória do território e sua população.</p>	<p>Mitigar o impacto do apagamento da memória local, por meio da criação de acervo composto pelo registro da memória e identidade dos bairros afetados. O projeto busca conservar os modos de viver da população local e sua relação com o território, bem como registrar a expressão dos efeitos do evento geológico e da desocupação dos bairros afetados, como o esvaziamento das atividades urbanas e desarticulação das manifestações culturais que ali se realizavam.</p> <p>Propõem-se pesquisas de caráter etnográfico e/ou histórico e criações artísticas, que abordam, de forma mais aberta, as múltiplas possibilidades</p>

			de registro relativos à memória e à identidade local. Este acervo deverá ser integrado, conforme projeto expográfico, a um espaço cultural que possa abrigar o registro das expressões culturais dos bairros afetados, assim como do evento de subsidência e seus efeitos na dimensão da memória e identidade da população.
Patrimônio e Cultura	O esvaziamento do NF1, território com fortes aspectos identitários e culturais perante a notável conexão entre as dimensões material (edificações, estruturas, obras de arte) e imaterial (atividades, conhecimentos, apropriações), agrava o sentimento de luto sentido a população realocada e ao município em si. Em especial, perante a ausência de equipamentos públicos diretamente ligados à cultura.	Realização de inventário de referências culturais (materiais e imateriais) na área afetada, de forma participativa, contendo diretrizes de salvaguarda e orientações à gestão pública.	Face à perda das referências culturais locais e sentimento de luto com a desocupação, o projeto busca realizar o registro da memória, dos aspectos identitários e dos modos de viver da população, assim como o registro das edificações de interesse histórico-cultural e seu conjunto urbano, da paisagem lagunar e demais sítios significativos do território afetado. Em resposta a essa realidade é que se conceberam as diretrizes de inventário, tombamento, registro e chancela do patrimônio cultural material e imaterial voltado à população realocada e ao território afetado. Propõem-se a realização de inventário de referências culturais) dos bairros seguindo uma metodologia consolidada pelo IPHAN. O inventário documenta, de maneira mais formal e acadêmica, todo um conjunto de componentes do patrimônio material e uma ampla gama de manifestações e sujeitos de expressão do patrimônio imaterial, de modo a configurar um panorama do que representa a pluralidade do patrimônio cultural do lugar. Trata-se de uma linha de ação sugerida pela Prefeitura Municipal de Maceió.

4 Considerações finais

Este documento buscou trazer elementos técnicos complementares ao Diagnóstico Técnico-Participativo entregue pela empresa Diagonal, considerando as duas dimensões de análise que nortearam todo o trabalho: a dimensão territorial, por meio da qual tem-se a análise de caráter socioespacial, das áreas de estudo; e a dimensão temática, por meio da qual tem-se a análise das políticas públicas e temas considerados estratégicos para os objetivos do PAS.

Esta análise mostra que existem impactos de natureza coletiva que são distintos conforme o território e público, em especial considerando: população realocada; população remanescente/ residente no entorno da área de desocupação; e população residente nas principais áreas anfitriãs, para onde se mudaram parte importante das famílias realocadas.

De outra parte, o documento aponta as linhas de ação propostas associadas a estes impactos mapeados e ao contexto geral de Maceió. Assim, os elementos trazidos neste documento constituem subsídio muito importante para a sequência dos trabalhos do PAS.

Conforme pode ser visto nos Quadros-Síntese dos 4 Eixos, apresentados no Capítulo 3, tem-se um conjunto de 38 linhas de ação propostas, relacionadas aos 16 temas e territórios estudados, a serem debatidas pelas partes do Acordo, com vistas à definição dos projetos que devem receber investimento. Quando se analisa as linhas de ação propostas em cada Eixo verifica-se:

Tabela 5. Quantidade de linhas de ação propostas por Eixo

18	07	08	05
Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4

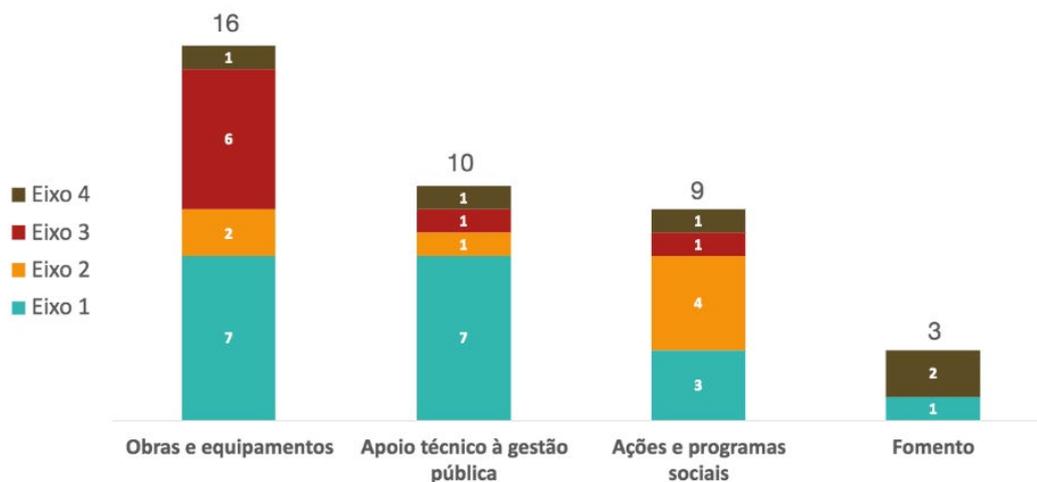
Fonte: Diagonal, 2022.

Considerando as áreas temáticas principais de cada projeto, tem-se um maior número de projetos do tema economia, emprego e renda, seguido pelas áreas de educação, saúde, segurança pública e qualificação urbana.

Estas 38 propostas têm objeto e natureza bem distintas, com um predomínio importante das propostas voltadas a investimento em obras e equipamentos, mas com

participação importante das ações de apoio técnico à gestão pública, conforme observado no **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

Gráfico 1. Tipo de ação das linhas de ação propostas, por Eixo



Fonte: Diagonal, 2022.

O presente Documento Complementar mostra que se tem elemento para embasar o debate do que deve ser o Plano de Ações Sociourbanísticas a ser implementado. E este formato direto, acordado com a Prefeitura para elaboração do presente documento, facilita esta análise.

Concluindo, é importante destacar que, para que se possa entrar na próxima etapa de trabalho prevista, que é o detalhamento do PAS, algumas ações e definições entre as partes do Acordo são indispensáveis, com destaque para:

- A realização do processo de Escuta Pública da Etapa de Diagnóstico, conforme previsto no Acordo Socioambiental;
- O debate das linhas de ação entre as partes do Acordo e definição do que deve compor o PAS, considerando inclusive as propostas feitas pela população na Escuta Pública.

A partir destas ações, pode-se passar ao detalhamento das medidas e conclusão da etapa que subsidiará as discussões com o MPE, MPF e o Município de Maceió sobre os projetos para as ações compensatórias a serem implementadas em benefício da população de Maceió, nos termos definidos no Acordo.

